



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM
REDE NACIONAL**

JOSÉ ROBERTO DA CRUZ JÚNIOR

**ONDE ESTÃO AS DESIGUALDADES SOCIAIS? GUIA PARA TRABALHAR A
TEMÁTICA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

**FORTALEZA
2025**

JOSÉ ROBERTO DA CRUZ JÚNIOR

**ONDE ESTÃO AS DESIGUALDADES SOCIAIS? GUIA PARA TRABALHAR A
TEMÁTICA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA**

Material didático apresentado ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves.

Banca Examinadora:

Danyelle Nilin Gonçalves
Orientadora (UFC)

Alexandre Jerônimo Correia Lima
Examinador (UFC)

Francisca Marcia Gabrielle Alves Freitas
Examinadora (UEVA)

FORTALEZA

2025

Página reservada para ficha catalográfica.

Utilize a ferramenta *online* [Catalog!](#) para elaborar a ficha catalográfica de seu trabalho acadêmico, gerando-a em arquivo PDF, disponível para download e/ou impressão.
(<http://www.fichacatalografica.ufc.br/>)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do desejo de contribuir para o fortalecimento das Ciências Sociais no contexto escolar brasileiro. Sinto-me grato por integrar esse esforço coletivo, que confere significado à existência. Acredito que a vida só encontra pleno sentido na coletividade e, por isso, poder colaborar (ainda que de forma modesta) reafirma meu compromisso com a construção de um mundo mais justo e com a valorização do conhecimento crítico.

Agradeço a minha família: Suzana, Ernestina, José, Priscila, Gustavo, Margarida, Deise, Denise, Matheus, Cristiano – e os demais, que possibilitam a minha existência enquanto indivíduo. Eles a materialização de sentimentos e momentos que permitem que eu me realize como ser humano.

Os meus amigos, que assim como uma família dão inspiração para as palavras escritas aqui. A aqueles que entraram na minha vida em Fortaleza, dedico menção especial à Emanuela Oliveira, sem a qual não teria alcançado muitas das reflexões presentes neste trabalho. Aos que estão distribuídos pelo país - Juliana, Emiliano, Fábio e muitos outros -, sou grato por lembrarem constantemente que a amizade é um laço que transcende a distância, sustentando-nos com afeto, presença e memória. Aos de Porto Alegre, que mesmo distantes os carregos no coração e não sempre fonte de amor.

A Universidade Federal do Ceará, por colher tão bem um “forasteiro”, principalmente a minha orientadora Prof. Dr. Danyelle Nilin, pelas orientações generosas, pela escuta atenta e pelo rigor intelectual que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

E aos estudantes que são o motivo pelo qual deste trabalho existir, espero contribuir para formação de novos cidadãos conscientes e autônomos.

“A função da sociologia, como de toda ciência, é revelar aquilo que está oculto.” (BOURDIEU, 1989. p. 16.)

RESUMO

O presente trabalho analisa a presença e o tratamento do fenômeno das desigualdades sociais nos livros didáticos de Sociologia utilizados no Ensino Médio no Brasil, com foco nas obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos de 2018 e 2021. A premissa é que a desigualdade social é um fenômeno estruturante da sociedade brasileira, atravessando marcadores como raça, gênero, classe, sexualidade e região, e cuja abordagem na educação básica é fundamental para a formação crítica dos estudantes. A análise parte dos princípios epistemológicos da desnaturalização e do estranhamento, característicos da Sociologia escolar. Os resultados apontam uma presença marginal da temática, com poucos capítulos explicitamente dedicados à desigualdade, revelando lacunas entre o conhecimento científico produzido nas Ciências Sociais e sua transposição para o ensino. O presente trabalho também identifica que, com a reformulação dos livros didáticos a partir da BNCC de 2018, houve uma diluição dos conteúdos específicos de Sociologia dentro de obras interdisciplinares, o que produziu uma piora na abordagem do fenômeno. Para enfrentar os obstáculos encontrados propomos um Guia Pedagógico que facilite o acesso aos docentes aos materiais já produzidos, servindo assim como uma ferramenta para superar as lacunas constatadas.

Palavras-chave: Desigualdade social. Sociologia escolar. Livros didáticos. Ensino Médio.

ABSTRACT

This study analyzes the presence and treatment of the phenomenon of social inequalities in Sociology textbooks used in Brazilian high schools, focusing on the works approved by the National Textbook Program (PNLD) in the years 2018 and 2021. The premise is that social inequality is a structuring phenomenon of Brazilian society, intersecting markers such as race, gender, class, sexuality, and region, and whose approach in basic education is fundamental for the critical formation of students. The analysis is based on the epistemological principles of denaturalization and estrangement, which are characteristic of school Sociology. The results indicate a marginal presence of the theme, with few chapters explicitly dedicated to inequality, revealing gaps between the scientific knowledge produced in the Social Sciences and its transposition to teaching. This study also identifies that, with the reformulation of textbooks following the 2018 BNCC, there was a dilution of specific Sociology content within interdisciplinary works, which led to a decline in the approach to the phenomenon. To address the identified obstacles, we propose a Pedagogical Guide to facilitate teachers' access to existing materials, thus serving as a tool to overcome the identified gaps.

Keywords: Social inequality. School sociology. Textbooks. High school.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini	12
Tabela 2 – Remuneração Média.....	22
Tabela 3 – PNLD 2018	36
Tabela 4 – PNLD 2021	36
Tabela 5 – Temas da Sociologia no PLND 2018	37
Tabela 6 - Temas da Sociologia no PLND 2021	37
Tabela 7 – Autores da Sociologia.....	38
Tabela 8 – Relação por capítulos	40
Tabela 9 – Livros sem autores das Ciências Sociais	51
Tabela 10 – Relação por Livros	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- BNCC.....	34
Figura 2 – Conceito Desigualdade Social.....	56
Figura 3 – Análise da Temática	61

LISTA DE ABREVIASÕES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CHSA	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DIFERENTES EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE	17
3. PNLD e o Ensino de Sociologia	27
4. PROCEDIMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS	32
4.1 Fundamentação Epistemológica	32
4.2 Análise da Temática da Desigualdade Social	34
5. ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS.....	41
6. GUIA PEDAGÓGICO.....	55
6.1 Obras Utilizadas	55
6.2 Desigualdades Sociais	57
6.3 Subtemas Analisados.....	58
6.4 Aspectos Analisados.....	60
6.5 Análise das Obras	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Poucos fenômenos possuem uma transversalidade tão grande sobre a vida dos indivíduos como a desigualdade social. É um elemento que está incrustado na realidade brasileira, que permeia desde as oportunidades de empregabilidade, as relações amorosas, os ambientes de sociabilidade, enfim, povoa todo o imaginário social trançando os horizontes daquilo que é possível, assim como o que está interditado.

A desigualdade social é oriunda da estrutura da sociedade, onde os fatores históricos, econômicos, culturais e políticos determinam como os indivíduos e/ou grupos poderão competir por recursos e oportunidades. Segundo Florestan Fernandes, a sociedade brasileira foi moldada para funcionar como um sistema excludente que marginaliza amplos setores da população, em especial a população negra, ao negar-lhes igualdade de condições. Já que para ele a ordem social burguesa no Brasil foi construída sobre a exploração sistemática das classes populares e com a exclusão das massas trabalhadoras do usufruto pleno dos direitos sociais. (FERNANDES, 1975).

A compreensão da desigualdade social na tradição sociológica clássica passa por diferentes interpretações, que refletem as múltiplas dimensões do fenômeno. Para Karl Marx (2007), a desigualdade é inerente ao modo de produção capitalista e resulta da exploração da força de trabalho pelo capital, sendo a desigualdade fruto da contradição entre capital e trabalho. Max Weber (2004), amplia a análise ao considerar que a desigualdade não se restringe à esfera econômica, envolvendo também o prestígio social e o poder político. Já Émile Durkheim (1999), ao estudar a divisão do trabalho, defende que a desigualdade pode ser funcional à sociedade, desde que baseada em diferenças reais de mérito e acessível a todos. Essas perspectivas revelam que a desigualdade social pode ser analisada tanto como um produto das estruturas econômicas e políticas quanto como parte das dinâmicas culturais e normativas que organizam a sociedade, o que se percebe é que ela é naturalizada e evidente na sociedade brasileira, portanto o meu intuito é fazer uma compilação nos livros didáticos.¹

O propósito foi reunir em um Guia Pedagógico para docentes de Sociologia, os capítulos dos livros didáticos, distribuídos nas escolas públicas pelo PNLD 2018 e PNLD 2021, em que este fenômeno é abordado, permitindo assim que os/as docentes se apropriem das obras. Este guia assume grande relevo quando observamos que na disciplina de Sociologia, apenas 39,3%

¹ O presente trabalho se debruça sobre as obras do PNLD 2018 e PNLD 2021, pois esta pesquisa realizou-se no ano de 2024, não sendo possível incluir as obras do PNLD 2025, já que as novas obras foram disponibilizadas no final do primeiro semestre deste ano, o que sugere a necessidade de continuar as investigações nesse campo.

das turmas são atendidas por professores com formação adequada, segundo o Censo Escolar de 2022. E que, portanto, materiais como esses tornam-se instrumentos essenciais de apoio ao trabalho docente, contribuindo não apenas para o fortalecimento do conteúdo ministrado, mas também para a superação das lacunas formativas e para a promoção de uma prática pedagógica mais crítica, reflexiva e alinhada aos objetivos epistemológicos da Sociologia escolar, especialmente no que diz respeito à análise e desnaturalização da desigualdade social.

A Sociologia escolar, conforme orientações da BNCC e dos DCRC, deve contribuir para a formação crítica dos estudantes, possibilitando a leitura do mundo social e a participação consciente na vida pública. A abordagem da desigualdade social é, portanto, elemento estruturante para o desenvolvimento da competência sociológica. Optamos por analisar as obras aprovadas nos PNLD de 2018 e 2021 por serem as coleções efetivamente utilizadas nas redes públicas de ensino. Observar sempre como estas obras se articulam com a realidade social dos estudantes brasileiros, relacionar as teorias e teóricos das ciências sociais e a intencionalidade pedagógica para permitir aos estudantes autonomia no desenvolvimento do conhecimento.

A desigualdade social no Brasil é marcante e persistente, algo que nos aproxima de países como África do Sul, Namíbia, Botsuana, Zâmbia e República Centro-Africana - se utilizarmos o índice de Gini como parâmetro². Esse índice mede o grau de desigualdade de renda de uma sociedade, variando de **0,0 - que representa plena igualdade de renda - até 1,0, que indica o nível máximo de desigualdade**, quando toda a renda está concentrada em um único indivíduo. No Brasil, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o índice de Gini em 2024 chegou a 0,517, conforme o gráfico, a pandemia de COVID-19 acentuou a desigualdade de renda entre os brasileiros, mas observando a série histórica – desde 2012 – podemos concluir que este fenômeno está bastante incrustado na sociedade brasileira.

Tabela 1 – Índice de Gini

² **POLITIZE.** Índice de Gini: um indicador da desigualdade. politize.com.br/indice-de-gini/. 2023



Do ponto de vista histórico, a desigualdade social no Brasil pode ser compreendida como herança de um passado colonial e escravocrata. Trata-se de uma estrutura social que sofreu poucas alterações em seu padrão de distribuição de renda e que continua marcada por uma lógica excludente. Mesmo após a independência (1822) e a abolição da escravatura (1888), os ciclos de desenvolvimento econômico subsequentes - como a industrialização e a modernização agrícola - não proporcionaram avanços significativos para a maioria da população, perpetuando os traços de exclusão social.

Portanto, quando falamos dessa desigualdade no Brasil, estamos debatendo um fenômeno que constrói a estrutura social brasileira. Ela opera como um **mecanismo de estratificação social que organiza a vida dos indivíduos** e, como tal, não pode ser apreendida como um bloco homogêneo e estanque. Trata-se de um fenômeno complexo que organiza a vida dos indivíduos, e, por isso, necessita de um olhar multidimensional capaz de abranger suas diferentes expressões - sejam elas de ordem econômica, de gênero, racial, regional, educacional, etária, de orientação sexual ou de identidade de gênero.

Reconhecer a desigualdade social em suas múltiplas expressões e intersecções é também promover práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades vividas pelos estudantes, fortalecendo sua autonomia e capacidade de interpretar o mundo que os cerca. A intencionalidade pedagógica que orienta este guia busca garantir que os conhecimentos alvos nas aulas de sociologia não sejam apenas conteúdos de leitura, mas ferramentas de análise crítica da realidade.

Isto porque, a escola também exerce um papel importante na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1998) afirmam que a escola, longe de ser a instância neutra que promove a igualdade de oportunidades, contribui para a reprodução das estruturas sociais. Isso ocorre porque o sistema educacional valoriza o

capital cultural das classes dominantes e penaliza os estudantes oriundos das camadas populares. Assim, ao reconhecer a escola como espaço estratégico de reprodução, mas também de resistência, é possível construir práticas pedagógicas que não apenas revelem as desigualdades, mas que ofereçam instrumentos de análise crítica da realidade.

Nossa tentativa é produzir um guia que permita aos docentes revelarem o fenômeno da desigualdade social na sua inteireza. Como adverte Jessé Souza (2006), os mecanismos de dominação operam por meio de uma lógica que naturaliza desigualdades e seleciona arbitrariamente o acesso a recursos sociais. Para o autor, há “o intuito secreto de naturalizar e possibilitar o acesso seletivo e arbitrário de classes inteiras de indivíduos, em detrimento de outras, aos bens e recursos escassos em disputa na sociedade” (SOUZA, 2006, p. 48).

Certamente, ao analisar a relação entre a Ciências Sociais, enquanto campo científico, e a Sociologia escolar, espera-se uma correspondência significativa entre seus elementos. Haja vista que, a Sociologia escolar é um campo derivado – de caráter autônomo, mas não independente - das pesquisas acadêmicas elaboradas dentro das Ciências Sociais, e que, portanto, deve seguir um rigor metodológico e científico em sua prática. Mesmo que no processo de elaboração das intervenções pedagógicas, o(a) docente realize um recorte e um reexame para tornar o objeto do conhecimento científico em objeto de conhecimento escolar.

A precisão científica e a objetividade dos objetos investigados devem ser preservadas. A transposição didática não autoriza a deturpação do conteúdo científico, tampouco sua substituição por senso comum ou juízos morais. O processo de “tornar” um conhecimento científico em objeto de estudo escolar não abre margem para deturpações, ou seja, a transposição didática não é a transformação do conteúdo científico em crenças ou senso comum. A transposição didática seria, portanto, a prática de tradução da ciência de referência em conteúdo escolar.

Ela é por assim dizer, é

(...) um processo de transformação científica, didática até sua tradução no campo escolar. Ela permite pensar a transformação de um saber científico e social que afeta os objetos de conhecimento em um saber a ensinar, tal qual aparece nos programas, manuais, na palavra do professor, considerados não somente científicos. (...) Isso significa, então, um verdadeiro processo de criação e não somente de simplificação, redução. (...) (SCHIMIDT apud SANTOS, 2013, P.01).

A compreensão da desigualdade social como fenômeno estruturante das relações sociais exige, para além de sua menção em materiais didáticos, um tratamento conceitual denso e epistemologicamente fundamentado. Nesse sentido, a transposição didática, conceito elaborado por Chevallard (1991), refere-se ao processo pelo qual um saber produzido na esfera científica

é transformado em saber escolar, o que implica decisões pedagógicas, políticas e ideológicas que podem tanto preservar quanto desfigurar sua complexidade. Ao não considerar esse processo em sua totalidade, corre-se o risco de reduzir a desigualdade a uma temática periférica ou meramente descritiva.

A desigualdade social, contudo, conforme analisada por Bourdieu (1998), estrutura práticas simbólicas e materiais que se reproduzem nas instituições sociais, inclusive no campo educacional. É fazer, portanto, com o que a Sociologia escolar contribua para desnaturalizar o fenômeno das desigualdades sociais. Revelar aos estudantes o fenômeno da desigualdade social não buscando culpados ou vitimizando determinados grupos sociais, mas servindo de contraponto ao processo de aceitação, passividade em relação aos espaços destinados aos indivíduos na sociedade. Da mesma forma, é imprescindível que a discussão sobre raça, gênero, sexualidade e tantas outras não seja de forma fragmentada onde os elementos não se conversam, simplificando assim a realidade social.

No campo das pesquisas acadêmicas, observa-se um volume expressivo de investigações voltadas ao tema da desigualdade social. Para mensurar essa produção, realizamos um levantamento sistemático na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES e na plataforma SciELO Brasil, com recorte temporal entre os anos de 2020 e 2024.

Na plataforma da CAPES, utilizou-se o termo “desigualdade social” como palavra-chave aplicada aos campos “título”, “resumo” e “palavras-chave”. Inicialmente, aplicamos o filtro da Grande Área: Ciências Humanas, o que resultou em 226 registros no período considerado. Em seguida, adicionou-se o recorte para a Área de Conhecimento: Educação, reduzindo o número para 144 dissertações e teses. Esses trabalhos abrangem temáticas diversas relacionadas à desigualdade, como os impactos da pandemia, violência contra pessoas LGBTQIAPN+, violência de gênero, relações étnico-raciais, infância, população quilombola, diversidade sexual e imigração.

De modo complementar, foi realizada uma busca na base SciELO Brasil, também utilizando a expressão “desigualdade social”, aplicada aos campos de título, resumo e palavras-chave, com o mesmo recorte temporal (2020 – 2024) e com foco na área de Ciências Humanas. Foram identificados 153 artigos que discutem a desigualdade social no contexto brasileiro. As produções abordam uma variedade de temas, evidenciando a complexidade e transversalidade da questão: política tributária, impactos da pandemia, capitalismo, relações familiares, racismo, sexism, neoliberalismo, cuidados à pessoa com deficiência, saúde mental, democratização do ensino superior, teletrabalho e ações afirmativas.

Importa destacar que os critérios de inclusão dos trabalhos consideraram a presença explícita do tema da desigualdade social como eixo central da análise, sendo excluídas produções que apenas tangenciavam o assunto. Ainda assim, é necessário reconhecer as limitações da estratégia de busca: o uso exclusivo da expressão “desigualdade social” pode ter restringido o alcance da amostra, deixando de fora estudos relevantes que utilizam termos como “exclusão social”, “vulnerabilidade” ou “iniquidade”.

Apesar do expressivo volume de produção acadêmica sobre a desigualdade social nas áreas de Ciências Humanas e Educação, observa-se uma lacuna notável entre esse saber científico e sua aplicação no Ensino Médio, especialmente na disciplina de Sociologia. De fato, Carvalho (2021), ao analisar criticamente os impactos das reformas educacionais no Ensino Médio brasileiro, argumenta que o currículo foi organizado sob a lógica da “fragmentação”, a qual “para os mais empobrecidos, torna-se uma barreira de contenção” (CARVALHO, 2021, p. 50), dificultando o acesso a saberes complexos e críticos. Revelando uma lógica prescritiva dos documentos oficiais tende a diluir temas estruturantes como a desigualdade social, relegando-as a posições secundárias ou fragmentadas.

Como consequência disso, a Sociologia escolar falha em traduzir com fidelidade os conceitos científicos relevantes, comprometendo seu potencial formativo e crítico. Nos materiais didáticos analisados, a desigualdade social é frequentemente apresentada como um dos vários “temas da contemporaneidade” como a juventude, globalização, sexualidade, democracia etc., e não como um fenômeno estruturante das relações sociais. Propomos, portanto, uma análise detalhada dos materiais didáticos em uso, buscando identificar onde o fenômeno da desigualdade social está efetivamente presente ou ausente na Sociologia escolar.

Buscamos, ao longo deste trabalho, perceber como a desigualdade social nos interpela de forma constante e profunda, exigindo reflexão crítica e análise rigorosa. Para isso, além da análise dos livros didáticos, realizamos também uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e consultamos diversos indicadores sociais que evidenciam a persistência e a complexidade das desigualdades no Brasil.

O trabalho está estruturado em seis capítulos: o capítulo dois trata das diferentes expressões da desigualdade social. O capítulo três aborda o PNLD e a Sociologia escolar, analisando a relação entre o ensino de Sociologia e o PNLD e o papel dos livros didáticos. O capítulo quatro aborda os procedimentos teóricos-metodológicos utilizados na investigação. O capítulo cinco analisa o conteúdo dos livros didáticos sobre a temática da desigualdade. O capítulo seis apresenta o Guia pedagógico, sua estrutura e intenções.

2. DIFERENTES EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE

Como fenômeno sociológico, a desigualdade social manifesta-se de forma multifacetada nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, sendo estruturante da realidade brasileira. Compreendê-la requer um olhar atento às suas múltiplas expressões, que perpassam dimensões como classe, raça, gênero, território, orientação sexual e geração, entre outras. Esta seção tem como objetivo apresentar as formas como essas desigualdades se articulam e operam no cotidiano, evidenciando como determinados grupos sociais são sistematicamente alijados de direitos, oportunidades e reconhecimento. Ao destacar a centralidade do conceito de desigualdade social na análise da sociedade brasileira, buscamos sustentar que sua reprodução não é acidental, mas fruto de um projeto histórico sustentado por mecanismos de exclusão, opressão e invisibilização, cuja compreensão demanda uma abordagem interseccional e crítica. Trata-se, portanto, de mapear como essas distintas clivagens impactam as experiências dos sujeitos e como se expressam nos indicadores sociais, na distribuição dos recursos, nas políticas públicas e nas representações sociais que circulam nos diversos espaços institucionais.

As desigualdades sociais, em seu conjunto, estão escancaradas no nosso cotidiano, da criança que precisa trabalhar para contribuir com o sustento da casa; do trabalhador que acompanha o aumento dos preços dos alimentos; da falta de médico para atender a população na rede pública de saúde; dos grupos econômicos privilegiados que concentram a maior parte da riqueza. Essa realidade já faz parte do imaginário da sociedade brasileira e conta com um fortíssimo processo de naturalização destas relações desiguais.

Sendo assim, a desigualdade social no Brasil não pode ser compreendida apenas como um problema de distribuição econômica, mas como um elemento estrutural que molda relações sociais e institucionais. Nesse sentido, Jessé Souza (2017) argumenta que a desigualdade no Brasil é estruturada por uma herança escravocrata que naturaliza a exclusão como parte da identidade nacional. Para o autor, essa lógica foi perpetuada por meio de uma elite que se apropriou do Estado e dos recursos sociais, consolidando um sistema de privilégios invisibilizado pelo discurso da meritocracia. Tal compreensão reforça a ideia de que a desigualdade brasileira está profundamente enraizada nas formas como o poder e o prestígio social foram historicamente distribuídos.

O papel desempenhado por instituições como a escola, os meios de comunicação, a família, a universidade,

o judiciário, por exemplo, reforçam a noção de que as desigualdades sociais são incontornáveis. No Brasil, a ordem econômica capitalista não promoveu ou não promove a inclusão econômica e social de determinados grupos, ela serve como instrumento de marginalização e exclusão social.

Ao observarmos o World Inequality Report de 2022³, podemos verificar que no Brasil o 1% mais rico da população brasileira detém cerca de 50% da riqueza total, ou seja: um grupo ínfimo de indivíduos detém mais riqueza e, consequentemente, mais poder que a imensa maioria da população. Enquanto os 50% mais pobres possuem apenas cerca de 2% da riqueza total do Brasil, este grupo quase que integralmente se confunde com os grupos sociais marginalizados na eclosão da ordem social capitalista. Tal fato, possui uma relação estreita com o passado colonial e o modo como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, sem incorporar numerosa parcela da sociedade.

As manchetes dos jornais de grande circulação estamparam, no início do ano de 2025, que a maior parte da população brasileira pode ser considerada das classes A, B e C em torno de 50,6%. Do outro lado, 49,4% da população brasileira vive com até 3,4 mil reais mensais. Ou seja, apesar do avanço grande parcela da população brasileira ainda sofre para conseguir alcançar um nível de renda satisfatório. Segundo estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), para um brasileiro que se encontra entre os 10% mais pobres levaria novas gerações (ou aproximadamente 180 anos) para que ele alcance um nível de renda, educação e saúde próximos dos experimentados pela classe média brasileira hoje.

Esta realidade se torna ainda mais dramática se observarmos que segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo necessário para o mês de Maio de 2025 seria de R\$ 7.528,56, ou seja, a parcela dos brasileiros considerados na classe C, e, portanto, classe média, não recebem um salário “capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte” (BRASIL, 1988, art. 7º, IV).

Iniciativas que visem diminuir esta distância entre os mais ricos e os mais pobres, dificilmente conseguem prosperar. No dia 30 de outubro de 2024, durante o debate sobre a reforma tributária, a Câmara dos Deputados rejeitou uma proposta do deputado Ivan Valente, do PSOL, para criar um imposto sobre grandes fortunas (para o patrimônio acima de 10 milhões de reais), a proposta teve 262 votos contra e 136 votos a favor.

³ BBC. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. 2021.

A desigualdade social é ela própria construída para garantir aos grupos privilegiados a manutenção dos postos de poder e riqueza. Quando falamos da estrutura tributária brasileira, nos deparamos com um gigantesco exemplo que descortina esta realidade, já que a opção por um sistema regressivo adotado por meio de impostos indiretos – ou seja, no consumo – possibilita que proporcionalmente os pobres contribuam mais do que as camadas abastadas.

Podemos aqui vislumbrar como a desigualdade social é estruturada como projeto de poder: nas isenções fiscais concedidas a empresas em 2024, o total chegou a cerca de R\$ 789,6 bilhões – isto é, dinheiro que o Estado brasileiro deixou de arrecadar –, enquanto os benefícios sociais concedidos aos mais pobres — BPC e Bolsa Família — somaram aproximadamente R\$ 274,8 bilhões (R\$ 168,2 bilhões do Bolsa Família + R\$ 106,6 bilhões do BPC). Há, portanto, uma clara transferência de renda para os grupos privilegiados da nossa sociedade, na qual o Estado é instrumentalizado pelos interesses privados.

Outro dado que compõe esse quadro é quando falamos da relação imposto de renda e o imposto sobre lucros e dividendos. Enquanto um trabalhador que recebe um salário superior a R\$ 4.664,68 paga 27,5% de Imposto de Renda, os lucros e dividendos repartidos pelo empresariado não possuem taxação alguma. Por conseguinte, é mais oneroso viver do trabalho do que viver de rendimentos de capital, como juros, dividendos ou aluguéis. Os trabalhadores, desta forma, enfrentam uma carga tributária mais alta e têm menos oportunidades de usar estratégias fiscais para reduzir seus impostos, ao contrário dos investidores que podem aproveitar isenções e deduções fiscais específicas.

Apesar de o Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma vasta e diversificada produção agrícola que nos coloca entre os líderes globais na exportação de soja, milho, carne bovina e café, o país ainda convive com a insegurança alimentar que atinge milhões de brasileiros. Essa contradição ressalta as profundas desigualdades sociais e econômicas do país, onde a abundância de produção não se traduz em segurança alimentar para todos. Em 2023, segundo o IBGE, cerca de 20,6 milhões de pessoas viviam em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave, sendo que 8,7 milhões enfrentavam a forma mais severa, sem acesso regular a alimentos em quantidade suficiente. Enquanto grandes volumes de alimentos são destinados ao mercado externo, muitas famílias brasileiras enfrentam dificuldades diárias para garantir uma alimentação adequada.

O fato de o nosso país ter permanecido no Mapa da Fome durante tanto tempo expõe as falhas estruturais na distribuição de renda e no acesso a recursos essenciais, provando que o problema da fome no Brasil não é causado pela falta de alimentos, mas pela má distribuição dos mesmos. Entre 2020 e 2022, mais de 21 milhões de brasileiros passaram fome, segundo a FAO (Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – sigla em inglês de Food and Agriculture Organization).

No acesso à educação, podemos perceber um cenário da mesma forma desalentador. O Brasil, arduamente, conseguiu universalizar o acesso à educação básica, entre crianças e adolescentes de 6 aos 17 anos, que devem obrigatoriamente estar matriculadas e frequentando uma instituição de ensino. Apesar disso, os índices de evasão escolar giram em torno de 10% e o principal motivo para o abandono escolar é “Porque tem que trabalhar fora”⁴. Logicamente esse obstáculo é enfrentado principalmente pelas famílias de menor renda per capita.

Ao analisar a qualidade da educação brasileira, nos deparamos com outros números assustadores que apresentam os entraves no sistema educacional do país. Considerando o IDEB 2023 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)⁵, a educação brasileira ainda não atingiu níveis satisfatórios de qualidade, somente 11 estados da federação atingiram a Meta Brasil para os anos iniciais; já nos anos finais do ensino fundamental somente 3 estados conseguiram atingir a meta estipulada. Quando olhamos para o ensino médio o cenário é ainda mais desolador, nenhum estado atingiu a meta nacional de nota 5,2 para essa etapa do ensino.

Ou seja, a qualidade da educação brasileira está aquém do que é esperado. A distância entre a qualidade do ensino ofertado pelas redes particular e pública, entre as regiões do país, e em cada etapa de ensino ainda são abissais.

Além disso, quando encaramos a infraestrutura das escolas descobrimos que as condições ofertadas aos estudantes contribuem para essa defasagem na aprendizagem. Elementos cruciais para uma educação de qualidade ainda são negligenciados pelo poder público, tais como acesso à internet. Segundo o Censo Escolar de 2022⁶, apesar 65% das escolas públicas contam com rede de internet; ao mesmo tempo que 45% das escolas públicas brasileiras não apresentam uma biblioteca onde os/as estudantes possam realizar pesquisas ou para a leitura; ainda segundo o Censo Escolar, somente 24% das escolas contam com laboratórios de ciências e somente 40% possuem quadras esportivas.

Percebemos que existem inúmeros gargalos para a educação pública brasileira. A falta de infraestrutura adequada para o processo de ensino aprendizagem limita a capacidade destes estudantes de cogitar cursar o ensino superior, e consequentemente de alcançar melhores posições no mercado de trabalho e melhores salários.

Pode-se acrescentar a este contexto, a formação e valorização dos professores/as e dos

⁴ G1. 11% das crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil, aponta pesquisa do Unicef G1. 2022.

⁵ AGÊNCIA GOV. Ideb: Brasil avança nos anos iniciais do ensino fundamental. 2024

⁶ INEP. CENSO ESCOLAR 2022.

profissionais da educação. Os baixos salários e as jornadas extensas enfrentados por estes tornam as carreiras pouco atrativas, afastando profissionais qualificados e desestimulando os que já estão na carreira a continuar sua formação com a adoção de novas metodologias e práticas. A formação docente representa também um empecilho à melhora dos índices da educação brasileira na medida em que, os cursos de licenciaturas, no geral, são voltados para formar os “especialistas” de cada área do conhecimento, deixando de lado os aspectos pedagógicos, metodológicos necessários para lidar com a complexidade da sala de aula. Se falarmos da formação continuada veremos uma esfera igualmente deficitária, já que é marcada pela falta de estrutura e investimento, por uma intermitência e de práticas relevantes para os desafios encontrados no ambiente escolar.

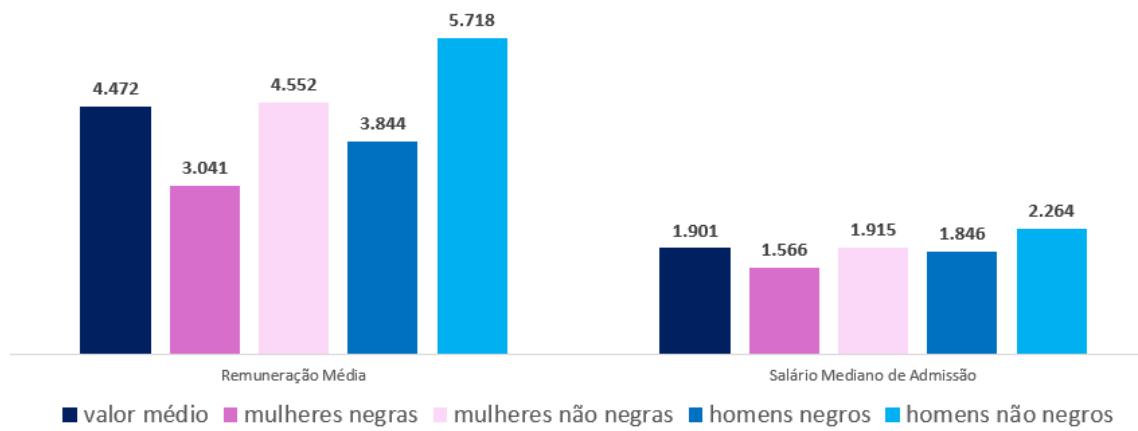
Já no ensino superior esse cenário se inverte. As universidades públicas no Brasil configuram-se como polos de desenvolvimento tecnológico e pesquisas de ponta e se constituem como um objetivo tanto de jovens oriundos de escola pública, de jovens da rede particular. Entretanto, essa etapa do ensino ainda se encontra restrita a uma parcela muito pequena da população brasileira e que muitas vezes já fazem parte das camadas com mais acessos como a classe média ou até mesmo a classe alta. De acordo com dados recentes do Censo da Educação Superior e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 24% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos está matriculada no ensino superior. Somente a partir de 2012 com a adoção da política de cotas e reserva de vagas é que esse cenário vai se alterando pouco a pouco, mas ainda está muito longe de alcançar a universalização e significar de fato uma estratégia para as camadas mais pobres da população.

Esse quadro de desigualdades sociais se intensifica quando agregamos os marcadores sociais como raça e gênero. Ao observamos o mercado de trabalho, estes marcadores revelam formas desiguais de empregabilidade, já que limitam a faixa de remuneração destes grupos. As mulheres (no geral), por exemplo, ganham 19,4% a menos que os homens no Brasil. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, a remuneração média dos homens não negros é R\$ 5.718,00 , enquanto das mulheres negras a média é de R\$ 3.040,00.

Essa disparidade leva em consideração tanto o gênero com raça. Ao isolarmos estes elementos, percebemos que mulheres não negras recebem uma remuneração de R\$4.452,00 para uma remuneração de R\$ 3.041,00 para as mulheres negras. Já entre os homens essa distorção permanece, os homens não negros possuem uma remuneração média de R\$ 5.718,00, já os homens negros ganham em média R\$ 3.884,00.

Tabela 2 – Remuneração Média

**Valor da remuneração média e do salário mediano de admissão, por sexo e etnia e raça
Brasil, 2022 (em reais)**



Fonte: MTE, eSocial, Rais.

É importante salientar como a categoria raça exerce um peso maior nestas disparidades. Tanto homens negros e mulheres negras recebem salário inferiores aos seus equivalentes brancos, mas em conjunto homens e mulheres negros recebem menos que homens e mulheres brancos. Ou seja, mesmo dentro dos grupos marginalizados da sociedade, existem clivagens que reforçam as desigualdades de acesso e renda.

Na política podemos observar também como a desigualdade de gênero afeta as mulheres. Dado que as mulheres representam um percentual de 51,5% da população brasileira, ao mesmo tempo que elas ocupam cerca de 18% das cadeiras no Congresso Nacional, esta sub-representação gritante vai se traduzir em políticas públicas que não debatem a situação das mulheres na sociedade. Até mesmo políticas afirmativas como a exigência de um percentual mínimo de candidaturas femininas nas campanhas eleitorais é sistematicamente sabotada e burlada.

O mesmo ocorre com a população negra. Enquanto pretos e pardos somam cerca de 55,5% da população brasileira, ocupam somente 26% das cadeiras no Congresso Nacional. Efetivamente afastados do centro do poder, mulheres e negros veem recarregar sobre suas costas os mais pesados fardos da desigualdade social e econômica. Sentem a exclusão sistemática que os priva de acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento, e veem perpetuar um ciclo de marginalização que dificulta a ascensão social.

A violência é outro fator que simboliza as desigualdades sentidas por estes grupos sociais. Fruto de um passado escravocrata, a sociedade brasileira estruturalmente naturaliza a violência contra corpos negros, segundo o Anuário de Segurança Pública de 2023: “Negros

têm quase 4 vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos⁷. Os negros, especialmente os jovens negros, veem a sua própria sobrevivência em jogo, nesta dinâmica desigual da nossa sociedade. O perfilamento racial, a associação quase unívoca de pobreza e criminalidade e a política de guerra às drogas servem como um ambiente propício para uma política brutal por parte do Estado.

A noção de Estado Democrático de Direito se torna “letra morta” quando testemunhamos que a população negra no Brasil tem constantemente seus direitos mais básicos vilipendiados cotidianamente, como o acesso a um serviço de saúde de qualidade, a moradias dignas e mesmo o reconhecimento de sua história e cultura. As desigualdades sociais no nosso país, criam distinções sociais que tornam a população pobre e negra em uma classe de cidadãos de segunda categoria.

Da mesma forma, a violência de gênero coloca as mulheres em constante estado de alerta. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “cerca de 18,6 milhões de mulheres brasileiras foram vitimizadas em 2022”⁸, a violência contra as brasileiras conta em várias nuances como a violência física, sexual e psicológica e que não contam com o devido tratamento pelos agentes públicos envolvidos na prevenção e punição destes atos.

A sociedade brasileira é habituada em escamotear situações em que as mulheres são vítimas de violência seja no ambiente domésticos, no transporte público, no local de trabalho. Os casos de estupro sobem a cada ano, foram 83.988 casos registrados em 2023, sendo o maior número da série histórica (a partir de 2011). Haja vista, que tais crimes contam com baixíssimos índices de notificação, podemos inferir que os números podem ser muito maiores.

Somatizando esses aspectos, constatamos que a sociedade brasileira é clivada, onde ser negro ou ser branco, ser mulher ou ser homem, informa quais são as suas possibilidades. Entre os pobres, cerca de 75% das pessoas na faixa dos 10% mais pobres são negras (pretas e pardas), ou ainda, aproximadamente 59% das pessoas entre os 10% mais pobres do Brasil são mulheres.

O racismo e o patriarcado são efetivamente barreiras adicionais para estas populações e sua plena participação na sociedade. Os ciclos de exclusão e marginalização se perpetuam, criando um ambiente em que as desigualdades são sistematicamente reproduzidas. As estruturas de opressão dificultam o acesso a oportunidades equitativas e limitam a mobilidade social.

Se analisarmos a situação da população LGBTQIAPN+, poderemos identificar que estes aspectos são intensificados, seja no mercado de trabalho, no acesso à justiça ou ao sistema de

⁷ Negros têm quase 4 vezes mais chances de serem mortos pela polícia do que brancos, mostra Anuário de Segurança Pública. 2024.

⁸ Agência Brasil. Mais de 18 milhões de mulheres sofreram violência em 2022.

saúde. A discriminação pela qual essa população enfrenta os tornam ainda mais suscetíveis a estarem nas posições mais desfavorecidas da sociedade, já que encaram maiores dificuldades para a inserção no mercado de trabalho formal, em especial a população transexual.

É uma população que não percebe os seus direitos sendo respeitados. Na conjuntura brasileira, os principais avanços para essa população vieram de decisões judiciais – o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, a adoção do nome social -, demonstrando um relativo desprezo da sociedade e do poder legislativo em garantir a cidadania para esta parcela da população.

Da mesma forma, esse tratamento desigual encontra eco nas manifestações xenofóbicas contra os nordestinos ou nortistas. A dimensão continental no Brasil, permitiu que certas regiões do país passassem por um processo de desenvolvimento e crescimento econômicos que marcam desigualdades regionais, que impactam nas condições de vida da população. A concentração de investimentos no Sul e Sudeste, fruto do passado colonial e escravista, gerando níveis de renda maiores, economias com uma produção diversificadas, uma qualidade e expectativa de vida maiores e acesso aos principais centros de tecnologia e educação.

Essas desigualdades regionais limitam a capacidade de uma parcela significativa da população brasileira que buscar uma mobilidade social ascendente. E a falta de uma rede de serviços públicos adequados limita as oportunidades de crescimento econômico e integração ao restante do país. Ademais, ao analisarmos o espaço urbano dentro de uma mesma cidade, verificamos que as áreas mais periféricas, distantes dos centros comerciais, recebem menores investimentos em infraestrutura, como saneamento básico e serviços públicos. Tais áreas correspondem, em geral, às parcelas mais vulneráveis da população brasileira. Essa configuração estrutural desigual impõe barreiras ao acesso dessas populações às instituições educacionais de melhor qualidade, aos serviços de saúde e às oportunidades laborais com maior remuneração. Além disso, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, 75,8 milhões de pessoas (37,5%) não tinham acesso à rede de coleta e tratamento de esgoto, evidenciando a precariedade da infraestrutura urbana em diversas regiões.

Quando combinados estes marcadores sociais, raça/cor, gênero, orientação sexual, níveis de renda, podemos perceber que as desigualdades sociais assumem diversas expressões e atingem os grupos sociais de maneiras singulares. Obviamente, a discussão sobre as desigualdades sociais não pode nos levar a simplesmente realizar um somatório de condições de desigualdade para retratar um quadro dos grupos sociais mais marginalizados. O que estamos buscando demonstrar é que a desigualdade social é um fenômeno central para a compreensão da dinâmica social brasileira, e que possui uma série de marcadores que complexificam a nossa

realidade e que devem ser consideradas.

Esta teia complexa de desvantagens que atravessa a sociedade brasileira precisa ser dissecada para que possamos desenvolver nossa capacidade analítica de reconhecer as diversas formas de exclusão e opressão que se entrelaçam e se reforçam. Se considerarmos como os marcadores sociais de raça/cor, gênero, orientação sexual e níveis de renda se combinam, percebemos que as desigualdades não são fenômenos isolados, mas sim imbricados um no outro, onde diferentes aspectos da identidade de uma pessoa podem amplificar ou mitigar as desigualdades que ela enfrenta.

Compreender as desigualdades sociais no Brasil, portanto, requer mais do que uma análise superficial de estatísticas. É preciso análise das interações entre esses marcadores sociais e de como eles se combinam para moldar a realidade vivida pelos grupos mais vulneráveis. Ou ainda, mapear as diversas desigualdades sociais percebidas pelos indivíduos deve servir para elaborar uma compreensão interseccional da realidade, de forma que a experiência vivida não fique resumida a um frame dentro de uma realidade complexa.

São nos indivíduos que estas relações desiguais irão sem manifestar conferindo a eles posições sociais que são a intersecção destes lugares. Compreender as desigualdades sociais requer, portanto, compreender suas interconexões e como elas afetam a realidade dos indivíduos. Desta forma,

raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas (COLLINS 2015, P. 2). [TRADUÇÃO DO AUTOR]

Não há como pensar o fenômeno da desigualdade social e a sociedade, ignorando o seu caráter relacional. São nas conexões entre os diversos marcadores sociais que se tornam possível elaborar uma análise mais fidedigna da realidade social. Sendo assim, as desigualdades sociais precisam ser investigadas de modo interseccional, ou seja, considerando os múltiplos “lugares” sociais desempenhado pelos indivíduos.

Especificamente, são as sobreposições das relações de desvantagens que irão nos possibilitar ver mais nitidamente o funcionamento da sociedade. Pois, se nossa investigação estiver confinada às clivagens sociais que estruturam a sociedade provavelmente veremos uma parte do todo. Isto é, interpretar a desigualdade de classe e gênero, por exemplo, separadamente, nos impediria de desvendar como estes dois aspectos imbricados afetam sobremaneira determinado grupo social.

A abordagem da desigualdade requer uma análise interseccional que articule categorias

como classe, raça, gênero e território. De acordo com Sueli Carneiro (2003), a articulação entre racismo e desigualdade social é o que garante a permanência do lugar subalternizado do negro na estrutura social brasileira. Ao evidenciar como o racismo opera de forma estrutural, Carneiro destaca que a desigualdade no Brasil se manifesta por múltiplos e simultâneos eixos de opressão, o que exige uma análise mais complexa do que as tradicionais visões economicistas. Tal perspectiva é fundamental para compreender as distintas formas de exclusão que atravessam a vida cotidiana dos sujeitos.

O que procuramos demonstrar é que as várias expressões que a desigualdade social assume em nosso cotidiano devem ser alvo de nossas investigações. Compreendê-las em sua totalidade nos parece o caminho mais comprometido em desvendar a realidade social. Identificar como o fenômeno está apresentado e analisado nas obras didáticas para o Ensino Médio é fundamental para compreender os sentidos que vêm sendo atribuídos ao tema, suas abordagens predominantes e os possíveis limites ou potencialidades dessas representações no processo formativo dos estudantes.

3. PNLD E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

A implementação da Sociologia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, em 2008, marcou um importante passo para sua consolidação no currículo escolar brasileiro. Entretanto, sua trajetória tem sido marcada por instabilidade e disputas político-ideológicas, o que impacta diretamente sua presença efetiva nas salas de aula e a produção de materiais específicos para o seu ensino. Nesse cenário, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) assume papel estratégico ao garantir que as disciplinas escolares contem com livros avaliados e distribuídos pelo Estado, promovendo o acesso a materiais que dialoguem com as diretrizes curriculares e com os objetivos formativos da educação básica.

A Sociologia passou a integrar oficialmente o PNLD em 2012, o que representou um marco para sua legitimação enquanto componente curricular autônomo. Até então, a produção didática voltada à disciplina era escassa e, muitas vezes, improvisada pelos docentes. Com a entrada no programa, os livros de Sociologia passaram a ser submetidos a processos de avaliação técnica e pedagógica, alinhados aos parâmetros curriculares nacionais, permitindo uma padronização mínima de qualidade e coerência teórica nos conteúdos trabalhados.

O PNLD, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é um dos maiores programas públicos de distribuição de material didático do mundo. Seu alcance abrange todas as escolas públicas de educação básica do país, o que garante a universalização do acesso a livros didáticos gratuitos,

tanto para estudantes quanto para professores.

O tamanho e o investimento envolvido no PNLD evidenciam sua relevância como política educacional. Em edições recentes, o programa tem atendido a milhões de estudantes e professores. Segundo dados do FNDE, só em 2021 foram mais de R\$ 1,9 bilhão investidos na aquisição e distribuição de livros didáticos⁹. Esse volume de recursos demonstra a centralidade do PNLD no esforço estatal para garantir infraestrutura pedagógica mínima às escolas públicas, reforçando seu papel como política de Estado.

Dentro do sistema educacional, o livro didático possui uma função curricular central. Ele não é apenas um recurso de apoio ao ensino, mas também um organizador do conhecimento escolar, funcionando como mediação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Por meio dos livros, são definidos conteúdos, conceitos-chave, atividades e abordagens metodológicas que orientam a prática docente e moldam o currículo real, aquele que efetivamente é implementado nas salas de aula.

A Sociologia como disciplina escolar apresenta uma trajetória marcada pela intermitência - ora presente, ora ausente do currículo oficial -, o que tem impactado diretamente sua consolidação como campo de conhecimento escolar. Nesse sentido, a instabilidade histórica da Sociologia escolar dificulta a consolidação de um currículo reconhecido por sua comunidade de especialistas, o que repercute diretamente na produção didática da disciplina.

Desde as primeiras tentativas de inserção oficial no currículo ainda em 1890 até a sanção da Lei nº 11.684/2008, que a tornou obrigatória no Ensino Médio, o percurso da disciplina tem sido instável e atravessado por disputas ideológicas e educacionais.

Basicamente, desde que o Benjamin Constant, então Ministro da Instrução Pública do presidente Deodoro da Fonseca, cogitou tornar obrigatória a disciplina de “sociologia, moral e noções de econômica política”, em 1890, até 2008, quando o presidente em exercício, José de Alencar, sancionou a lei número 11.684\08, que tornou as disciplinas de Sociologia e Filosofia obrigatórias nas três séries do ensino médio, a história dessa institucionalização é marcada, fundamentalmente, pela intermitência (MORAES apud SOUZA, 2017, P. 36-37).

Conforme Moraes (2017), essa história de institucionalização é marcada, fundamentalmente, por avanços e retrocessos. Após 2008, a disciplina ganhou estabilidade e buscou construir, no imaginário social, uma identidade própria, distinta das disciplinas de

⁹ BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2021, foram investidos R\$ 1,9 bilhão em livros e material didático do PNLD. Brasília, 2022.

História e Geografia, enfatizando suas especificidades conceituais e metodológicas.

Entretanto, essa estabilidade foi abalada com a aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017, por meio da Lei nº 13.415. Esta norma manteve apenas a obrigatoriedade de “estudos e práticas de Sociologia”, o que abriu margem para sua exclusão dos currículos escolares, em nome de uma abordagem interdisciplinar e flexível.

A Lei 13.415/2017, que institui o ‘Novo’ Ensino Médio (NEM), abriu espaço para que o ensino de sociologia volte a estar ausente das salas de aula: Nesse contexto, a disciplina volta a ser ameaçada depois de quase uma década de continuidade na educação básica. Todo o avanço conquistado em torno das práticas de ensino, com a construção de um repertório significativo de experiências, recursos e livros didáticos que facilitam a recontextualização dos conteúdos de uma linguagem acadêmica para o estudante do ensino médio, pode sofrer uma interrupção que influenciará a estabilidade e a afirmação necessárias ao desenvolvimento da disciplina (FERREIRA, SANTANA, 2018, p.51 apud HANDFAS, 2017).

Segundo Ferreira e Santana (2018), a Sociologia volta a ser ameaçada, mesmo após quase uma década de presença contínua, o que pode comprometer o desenvolvimento das práticas pedagógicas e dos materiais que vinham sendo consolidados. A inserção de disciplinas como "Cultura Digital" e "Projeto de Vida" expôs, também, a fragilidade estrutural da Sociologia no currículo escolar, ainda não reconhecida amplamente como fundamental à formação crítica dos estudantes.

A implementação da reforma, iniciada em 2021, coincidiu com a pandemia da COVID-19 e gerou ainda mais incertezas. Somente com a aprovação da Lei nº 14.945/2024, que recompôs as 2.400 horas da Formação Geral Básica e restabeleceu a obrigatoriedade da Sociologia, é que a disciplina voltou a figurar de maneira estável no currículo.

Um marco importante para a consolidação do ensino de Sociologia ocorreu em 2012, com a inserção da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A partir desse momento, a Sociologia passou a contar com obras didáticas próprias, avaliadas e distribuídas pelo Estado, o que representou um avanço significativo em termos de legitimidade curricular.

O PNLD, executado pelo FNDE, tem como objetivo garantir o acesso equitativo a materiais de qualidade e apoiar o trabalho docente. Segundo o MEC (2020), o programa visa promover a melhoria do ensino por meio da seleção criteriosa de obras didáticas, pedagógicas e literárias.

Os livros didáticos estão entre os mais importantes produtos educacionais que compõem o processo de legitimação científico-pedagógica de uma área de ensino, fornecendo uma linguagem disciplinar, o mapeamento de conteúdos e estratégias de avaliação. Não por acaso, são compreendidos como artefatos culturais que revelam as práticas escolares (HANDFAS, 2016) e instrumentos de aprendizagem formal (MELO, 2017) que ilustram concepções pedagógicas capazes de configurar uma disciplina escolar (MUNAKATA, 2012; MAÇAIRA, 2020). (MOCELIN, 2022, P.311)

O livro didático de Sociologia tem se configurado como um importante objeto de pesquisa no campo do ensino de Ciências Sociais. Estudos têm destacado a sua centralidade não apenas como apoio ao trabalho docente, mas também como elemento estruturante das práticas escolares, na medida em que ajuda a delinear conteúdos, métodos e abordagens pedagógicas.

Como destacam Handfas (2017) e Melo (2017), os livros didáticos são artefatos culturais que revelam concepções pedagógicas, estratégias de ensino e expectativas institucionais. Além disso, funcionam como ferramentas de mediação entre o saber acadêmico e o saber escolar, especialmente em contextos de baixa consolidação da disciplina, como é o caso da Sociologia, cujos docentes, em sua maioria, não possuem formação específica na área. Assim como Meucci (2014), já sinalizava sobre a importância dos livros didáticos para desvendar os processos de “circulação do conhecimento”, e são “recurso valioso para a compreensão da dinâmica de constituição de um repertório estável de conceitos, autores, temas e problemas de determinada disciplina entre membros da sociedade em geral” (Meucci, 2014, P.21). Por assim dizer, a análise sobre os livros didáticos para a disciplina de Sociologia é mesurar como a tradução dos conceitos-chave da Sociologia virão a aparecer no contexto escolar brasileiro.

No contexto das mudanças curriculares recentes, os livros didáticos tornam-se ainda mais relevantes, dada a sua capacidade de influenciar os currículos reais das escolas. Como apontado por Bodart (2022), a partir do PNLD 2021, os livros deixaram de ser disciplinares, passando a integrar volumes voltados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com exigência de abordagem interdisciplinar:

Nos livros selecionados no PNLD de 2021, os conteúdos de Sociologia não estão mais em obras especializadas (disciplinares), mas compartilhando espaço em obras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, cuja exigência do edital do PNLD-2021 é que os conteúdos sejam abordados de forma interdisciplinar com a Geografia, a Filosofia e a História. Nesse contexto, uma das preocupações que se apresenta é a qualidade e o trato especializado dos conteúdos no interior dessas obras didáticas. (BODART, 2022, P.47)

Isso levanta preocupações quanto à qualidade e ao tratamento especializado dos conteúdos sociológicos, uma vez que a diluição disciplinar pode levar à simplificação dos conceitos e à descaracterização da Sociologia como campo autônomo de conhecimento.

No caso da temática da desigualdade social, por exemplo, já era possível perceber sua ausência em algumas obras do PNLD 2018. Essa tendência pode se acentuar nas obras de 2021,

em razão do novo modelo editorial. Como afirmou Bodart (2022, p. 72), ao analisar os conteúdos de Ciência Política, “muitos livros se mostram ‘informativos e descritivos’, limitando-se ao uso de conceitos da Filosofia Política e dificultando a identificação da especificidade sociológica”.

Essa situação compromete a possibilidade de os docentes fomentarem o pensamento crítico dos(as) estudantes, uma vez que a ausência de uma abordagem teórica consistente enfraquece a capacidade de problematizar os fenômenos sociais e de compreender as estruturas da desigualdade. Por isso, analisar o tratamento dado à desigualdade social nos livros didáticos do PNLD é fundamental para compreender como essa temática está sendo abordada na Sociologia escolar. Essa análise também permitirá apontar caminhos metodológicos que auxiliem docentes a aprofundarem a discussão, com base no rigor teórico.

4. PROCEDIMENTOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS

A centralidade da desigualdade social como objeto de investigação das Ciências Sociais decorre de suas múltiplas expressões (econômicas, raciais, de gênero e outras) que configuram dimensões estruturantes das dinâmicas sociais. Por essa razão, a temática constitui um dos fundamentos teóricos da reflexão sociológica, sendo recorrente nas formulações de autores clássicos e nas análises produzidas por correntes contemporâneas.

4.1 Fundamentação Epistemológica

Ela possui potencial como conhecimento poderoso (Young; Muller, 2016) para a formação crítica dos estudantes. Para Michael Young, pensar o currículo requer pensar no processo de transmissão de um “conhecimento poderoso”, em que os estudantes terão acesso ao conjunto de explicações teóricas e objetivas, pelas quais eles poderão escapar das explicações produzidas somente por sua experiência cotidiana, para desenvolver a compreensão da complexidade da vida em sociedade.

Já que para Young, a escola não deve se limitar a resolver apenas as demandas da contemporaneidade, ela deve concentrar esforços em garantir que os estudantes tenham acesso aos conhecimentos teóricos que irão “fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo” (YOUNG, 2007). Nesse sentido, a desigualdade social se insere como parte desse conhecimento que não se restringe às experiências individuais, mas que está conectada a uma série de estruturas sociais mais amplas, muitas vezes invisibilizadas.

A desigualdade social nos parece um deste fenômenos que ao ser abordado na escola é capaz de gerar esse “conhecimento poderoso”, a que descreve Young. Um conhecimento capaz de fazer os estudantes compreenderem para além das estruturas visíveis, ou seja, um conhecimento que vai além de descrever as mazelas da desigualdade social consegue demonstrar cientificamente a sua origem histórica, os privilégios que são distribuídos, as políticas econômicas que beneficiam determinados grupos sociais. Portanto, nos referimos a um

conhecimento independente de contexto ou conhecimento teórico. É desenvolvido para fornecer generalizações e busca a universalidade. Ele fornece uma base para se fazer julgamentos e é geralmente, mas não unicamente, relacionado às ciências. É esse conhecimento independente de contexto que é, pelo menos potencialmente, adquirido na escola e é a ele que me refiro como conhecimento poderoso. (YOUNG, 2007)

Desta forma, a incorporação do fenômeno da desigualdade social nas aulas de Sociologia, permite que os estudantes acessem ferramentas que os habilitam a interpretar criticamente a sociedade, os permite desenvolver-se intelectualmente de maneira autônoma. Nos parece fundamental que a escola contribua para a formação de sujeitos críticos, capazes de

transcender leituras imediatas ou naturalizadas da desigualdade.

Aqui está o campo de atuação da Sociologia escolar, traduzir as explicações científicas ao ambiente escolar. Bruno Lahire (2014), já apontava para a possibilidade da Sociologia em produzir explicações sobre o mundo social que fosse baseada na racionalização apoiada em dados, isso, “é crucial transmitir o mais racionalmente possível para o maior número de pessoas, os meios de decifrar e de contestar os discursos de ilusão sobre o mundo social” (LAHIRE, 2014, P. 52)

A discussão aqui é como os “hábitos não-científicos” (ou seja, as explicações oriundas do senso comum) são inteiramente aceitos e reproduzidos na vida cotidiana, fazem parte da constituição da vida em sociedade. Essas interpretações, embora façam parte da construção simbólica do mundo social, muitas vezes ocultam as estruturas históricas, econômicas e políticas que sustentam sua lógica de funcionamento. Dito de outra forma, a desigualdade social embora amplamente percebida pelos indivíduos em seu cotidiano, ela é frequentemente compreendida de forma superficial, sem a análise dos fatores estruturantes que a produzem e perpetuam. Nesse sentido, é o conhecimento científico que possibilita a superação dessa visão imediatista, ao oferecer ferramentas teóricas e metodológicas capazes de desvendar os mecanismos invisibilizados que operam na dinâmica social.

As ciências sociais têm por objetivo fazer ascender a realidades que permanecem invisíveis frente à experiência imediata. Por seu trabalho coletivo de reconstrução paciente, elas oferecem imagens particulares do mundo social, de suas estruturas, das grandes regularidades ou dos principais mecanismos sociais que os regem. (LAHIRE, 2014, P. 58)

Por tudo que foi exposto até o momento, podemos perceber a relevância do fenômeno da desigualdade social como objeto de estudo das Ciências Sociais, é um objeto a ser ensinado. E que como tal deve aparecer como um conteúdo escolar, obviamente realizando as necessárias adaptações para o ambiente escolar. Esse processo de tornar um conhecimento teórico, desenvolvido para ser posto em prática, em conhecimento ensinável, para Chevallard (1991), significa submetê-lo a uma série de transformações que o tornem acessível e adequado ao contexto escolar. Trata-se do que o autor denomina transposição didática, ou seja, a passagem do conhecimento acadêmico em saber ensinar, e por fim, o conhecimento ensinado. Nisso o conhecimento original é reorganizado, adaptado e muitas vezes ressignificado, a fim de atender às exigências do currículo, ao perfil dos estudantes e às condições do ensino.

No caso da Sociologia escolar, a transposição didática deve estar orientada por princípios epistemológicos próprios da disciplina, como a desnaturalização e o estranhamento, que permitem ao estudante questionar aquilo que é percebido como dado ou natural na vida social. Assim, ao ser inserida no contexto escolar, a desigualdade social não deve ser apresentada apenas como um dado empírico perceptível no cotidiano, mas como um objeto de conhecimento teórico, capaz de revelar os mecanismos estruturais que a produzem e

reproduzem. Esse é o cerne da atuação docente na educação básica: garantir que os conceitos, teorias e temas da Sociologia forneçam aos estudantes instrumentos científicos para interpretar criticamente a realidade social em que estão inseridos.

Fazemos isso a partir de dois conceitos fundamentais desnaturalização e o estranhamento da realidade social que constituem princípios epistemológicos da inserção da Sociologia no contexto escolar. Com base neles, espera-se que os(as) estudantes sejam provocados a questionar comportamentos, normas e estruturas que, embora aparentem ser “naturais”, são, na verdade, construções histórico-sociais. O objetivo da disciplina, nesse sentido, é despertar nos sujeitos em formação o interesse por interrogar a realidade, compreendendo as condições históricas, políticas, econômicas e culturais que conformam a vida em sociedade.

Desse modo, o ensino de Sociologia no ensino médio deve apresentar aos estudantes chaves interpretativas desenvolvidas pelas Ciências Sociais, instrumentalizando-os para analisar criticamente o mundo social que os cerca e possibilitando formas de intervenção conscientes. Como afirma Sarandy (2011, p. 80), trata-se de formar alunos que se tornem “falantes competentes de modos discursivos elaborados no âmbito das Ciências Sociais”, capazes de construir sentidos, pensar criativamente com os novos vocabulários aprendidos e dialogar com os conceitos e teorias abordados em sala de aula.

É nesse marco que se insere a importância do estudo da desigualdade social no currículo escolar. Compreender esse fenômeno implica perceber como ele se articula às relações sociais, como se estrutura historicamente e quais são suas implicações concretas na vida cotidiana dos(as) estudantes. Ao abordar criticamente a desigualdade, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de sua realidade e capazes de transformá-la.

Por tudo o que foi exposto, a desigualdade social, enquanto 'conhecimento poderoso' (Young; Muller, 2016), exige uma transposição didática (Chevallard, 1991) ancorada nos princípios da Sociologia escolar: desnaturalização e estranhamento (Sarandy, 2011). Tais conceitos permitem aos estudantes decifrar as estruturas históricas e políticas que produzem a desigualdade – frequentemente naturalizadas no senso comum (Lahire, 2014).

4.2 Análise da Temática da Desigualdade Social

Para identificar se a Sociologia escolar, por meio dos livros didáticos, alcança seu objetivo epistemológico de desnaturalização e estranhamento da realidade social, esta pesquisa adotou um abordagem de análise documental, organizada em quatro etapas 1) levantamento quantitativo desta temática nos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, distribuídas no escopo do PNLD 2018 e PNLD 2021; 2) análise qualitativa do conteúdo dos

capítulos nestas obras ; 3) identificar as principais referências utilizadas; e 4) mapeamento das ausências, que porventura possam ser percebidas.

Inicialmente, realizamos o levantamento dos livros didáticos de CHSA aprovados no PNLD-2021 (14 coleções) e do PNLD – 2018 (5 obras), um total de 19 obras , sendo importante ressaltar que a partir da BNCC de 2018, os livros didáticos passaram a ser organizados por “áreas de conhecimento”, desfazendo a sistemática até então em voga, em que estas áreas de conhecimento se encontravam divididas em obras específicas. Portanto, as obras do PNLD 2021 passaram a reunir em uma única coleção os conhecimentos de Filosofia, Geografia, História e Sociologia.

Das 14 coleções de livros didáticos disponibilizadas pelo PNLD 2021, 12 foram alvo de nossa investigação. A intenção era realizar a pesquisa de todas as obras, entretanto, as coleções Palavras da editora Palavras Projetos Editoriais e Ser protagonista da editora SM Educação, não foram disponibilizadas nos sites das editoras ou em outras plataformas digitais, o que não inviabiliza a representatividade da amostra.

Para compreender a relação entre o Ensino de Sociologia e a Desigualdade Social, é necessário considerar as competências apresentadas pela BNCC (2018), para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tendo em vista que a organização curricular se dá por “áreas deconhecimento”.

Dessa maneira, na BNCC apresenta textualmente a temática da desigualdade social em duas das suas competências específicas 2 e 5 para as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Figura 1- BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 2

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, **desigualdade** e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de **desigualdade** e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Podemos inferir, dessa maneira, que a temática da desigualdade é incorporada pela BNCC (2018), e que sendo assim, os currículos e os livros didáticos para o ensino médio deveriam desenvolver esta temática. Em especial na competência 5, as “formas de desigualdade” aparecem de forma destacada, o que nos leva a crer que tanto a Sociologia precisaria se debruçar

sobre o tema (pelo caráter normativo da BNCC), como a temática segue relevante como objeto de estudos no âmbito do ensino médio.

Realizamos a coleta em arquivo digital, de todas as 12 coleções didáticas do PNLD 2021 para a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e os seus capítulos ou unidades, a nomenclatura varia de acordo com a editora. As cinco obras didáticas do PNLD 2018, foram acessadas digitalmente, e seus capítulos foram sumariados. Buscamos encontrar quais faziam referência textual as palavras: DESIGUALDADE, DESIGUALDADES.

O procedimento adotado foi a análise integral de todos estes capítulos das obras, com base em três fatores analíticos: 1) Problematização da realidade social (Desnaturalização e Estranhamento); 2) Rigor teórico; e 3) Contextualização e intersecção do fenômeno com a realidade social dos estudantes.

A problematização da realidade social refere-se à capacidade de o capítulo ou unidade de promover mecanismos que permitam aos estudantes perceber o processo de naturalização das relações desiguais na sociedade. Consideramos, neste aspecto, o papel das instituições e dos agentes sociais na produção de uma parente naturalidade para a configuração social em que determinados grupos permanecem alijados de direitos, acesso e qualidade de vida.

Já o rigor teórico, por sua vez, é a avaliação da mobilização de conceitos, teorias e autores para caracterizar o fenômeno da desigualdade social dentro dos marcos desenvolvidos pela comunidade científica da Sociologia. Trata-se, portanto, de verificar se o conteúdo do analisado é pertinente para a utilização nas aulas de Sociologia, entendendo que a estudo do fenômeno da desigualdade social parte de uma abordagem científica de mundo.

Por fim, a contextualização e intersecção do fenômeno com a realidade social é fundamental no processo de desnaturalização e reflexão crítica sobre a desigualdade social. Sem a devida contextualização, o estudo do fenômeno perde o seu potencial explicativo e se fragiliza, considerando que o conhecimento desenvolvido em sala de aula deva proporcionar aos estudantes ferramentas interpretativas sobre a sociedade que integrarão seu repertório intelectual. A Interseccionalidade, fundamentado nas contribuições seminais de Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, pressupõe que as estruturas de opressão (classe, raça, gênero, territorialidade etc.) atuam de forma imbricada, produzindo experiências singulares de marginalização que não podem ser compreendidas por marcadores isolados. Ao incorporar essa lente analítica, avaliamos não apenas *se* os capítulos reconhecem múltiplas formas de desigualdade, mas *como* articulam suas interligações materiais e simbólicas na produção das hierarquias sociais – condição essencial para uma leitura crítica que evite reducionismos e desvele a complexidade dialética das opressões no Brasil.

Estes fatores analíticos foram elaborados a partir da leitura do Guia dos Livros Didáticos, dos PNLDs 2018 e 2021. Em que são apontados os critérios pelos quais os livros deveriam se

constituir:

No que diz respeito à Sociologia, podemos destacar os seguintes princípios que pautaram a definição dos critérios específicos:1. Assegurar a presença dos conteúdos das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Sociologia e Ciência Política.2. Respeitar o rigor teórico e conceitual.3. Realizar a mediação didática.4. Contribuir para a apreensão do conhecimento sociológico pelo estudante.5. Garantir a autonomia do trabalho pedagógico do professor (BRASIL, 2017, P. 08)

No PNLD 2018 encontramos um total de 92 capítulos, dos quais a menção a palavra desigualdade aparece somente em cinco títulos de capítulos. Dois dos livros didáticos não fazem referência a palavra desigualdade nos títulos dos seus capítulos, o livro SOCIOLOGIA HOJE da editora Ática e o livro SOCIOLOGIA da editora Scipione. O livro Sociologia para Jovens do Século XXI da editora Imperial Novo Milênio, foi o que a desigualdade pareceu mais recorrentemente, três vezes. Já as obras Sociologia em Movimento da editora Moderna e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia da Editora Brasil parecem uma vez somente, conforme tabela 3.

Tabela 3 – PNLD 2018

Livros	Contagem de capítulo
SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	1
SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	3
TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	1
Total Geral	5

Fonte: Autoria Própria (2024)

É importante ressaltar que na edição do PNLD de 2018, os livros ainda possuíam o caráter disciplinar, ou seja, as obras destacadas acima se referem a somente a disciplina de sociologia, a ocorrência de somente 5 vezes dos termos desigualdade/desigualdades já revela a marginalidade do tema enquanto fenômeno de estudo da Sociologia escolar.

Segundo dados do Censo Escolar de 2022 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), apenas 39,3% dos docentes lecionando a disciplina de sociologia possuíam formação adequada para o ensino médio, assim dizendo, a maior parte dos docentes da disciplina de sociologia não possuem a graduação em Ciências Sociais e, logicamente, se utilizaram do livro didático com guia para as suas atividades pedagógicas. A ausência de conteúdos nos livros didáticos impacta significativamente o que os/as estudantes irão entrar em contato.

No PNLD de 2021 obtivemos um total de total de 392 capítulos analisados, a desigualdade é tema em apenas 15, conforme a tabela 4. É possível constatar que em todas as coleções do PNLD 2021, analisadas, a palavra desigualdade é textualmente citada em pelo menos um dos capítulos, a coleção Conexão Mundo da Editora Brasil foi a que apresentou o maior número; seguido das coleções Moderna Plus da editora Moderna, Multiversos Ciências

Humanas e Prisma da editora FTD.

Tabela 4 – PNLD 2021

Coleção	De Volume Segmento
Conexão mundo	3
Conexões	1
Contexto e ação	1
Diálogo	1
Diálogos em Ciências Humanas	1
Identidade em ação	1
Moderna Plus+	2
Módulos para o novo EM	1
Multiversos Ciências Humanas	2
Prisma	2
Total Geral	15

Fonte: Autoria própria (2024)

Em um primeiro momento, podemos afirmar que a temática está presente nas escolas públicas brasileiras. Pois, o livro didático é uma maneira comprovada de conduzir os currículos das escolas. Segundo Bodart, Esteves, Tavares, (2021) “os livros didáticos têm, em muitos casos, centralidade nos direcionamentos dados aos currículos reais”, isto é, a forma como a desigualdade aparece nos livros sinaliza como o tema é abordado nas salas de aula brasileiras. Obviamente, estar no livro didático não determinada as formas e usos deste conteúdo e nem mesmo que sirvam aos objetivos epistemológicos de nossa investigação, mas nos fornece material rico de análise.

Agora ao observarmos, comparativamente a temática da desigualdade com outras temáticas frequentemente associadas a Sociologia escolar no PNLD-2018, conseguimos perceber que a desigualdade aparece em um menor número que “Política”, “Cultura”, “Sociedade” e “Trabalho”. E aparece em maior número de vezes que “Identidade”, e em igualdade com a palavra “Estado”, conforme tabela 5.

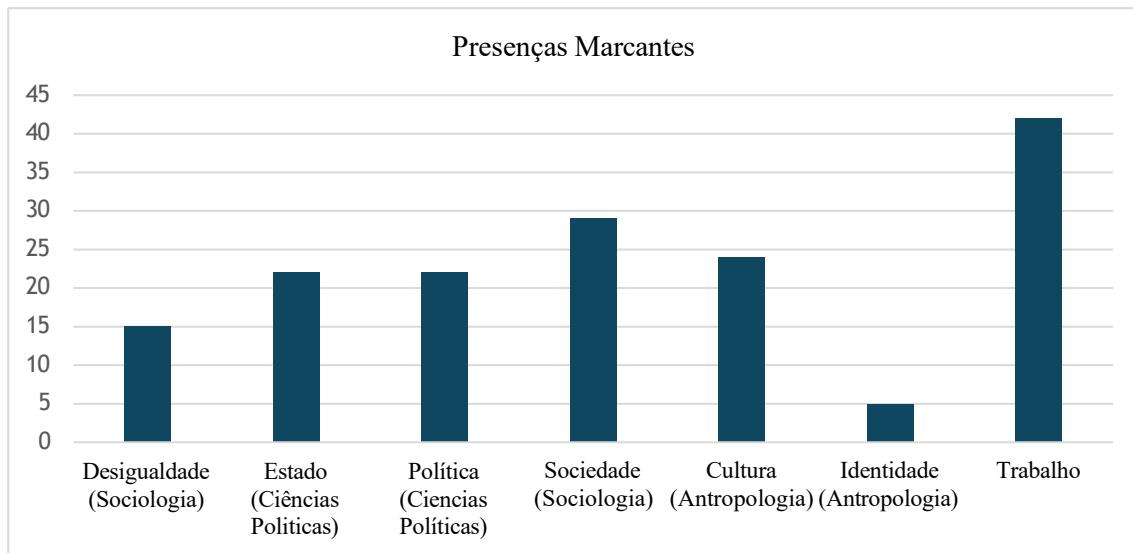
Tabela 5 – Temas da Sociologia no PLND 2018



Fonte: Autoria Própria (2024)

Em comparação com outras temáticas caras a Sociologia escolar no PNLD-20221, podemos notar que a desigualdade não aparece tanto nos capítulos dos livros como “Estado”, “Política”, “Sociedade”, “Cultura” e “Trabalho”. Mas ganha maior destaque que a temática “Identidade”, conforme tabela 6.

Tabela 6 - Temas da Sociologia no PLND 2021



Fonte: Autoria própria (2024)

Utilizamos o termo “presença marcantes” (Brunetta, 2020), para designar os conteúdos ou temáticas que frequentemente aparecem nos currículos da Sociologia escolar, na falta de um consenso da comunidade científica da área sobre um currículo “padrão”.

Como podemos observar de todos os termos que confluem para o campo das Ciências Sociais a temática “Trabalho”, é a que apresenta um melhor desempenho. O que dialoga perfeitamente com a lógica da agenda educacional em voga, de preparação para o mercado de trabalho. Agora, olhando mais apuradamente para os dados fornecidos pelos capítulos dos livros, somente em três deles as palavras “Trabalho” e “Desigualdade” aparecem juntas, o que isso sinaliza é necessário investigar.

Outro dado relevante nas obras do PNLD 2021 é a análise dos(as) autores(as) que participaram da elaboração dos capítulos. Na coleção que conta com o maior número de cientista social no corpo de autores(as), somente em 2 (dois) capítulos a palavra “Desigualdade” consta explicitamente nos títulos de capítulos (Tabela 5). Que é o mesmo número de vezes em que ela é mencionada nas duas coleções em que não há nenhum cientista social com autor(a). O levantamento da autoria das coleções dos livros didáticos para o PNLD 2021 foi realizado pelos professores Bodart, Esteves, Tavares (2021), que já nos alertavam da necessidade de uma “análise qualitativa dos conteúdos das obras em questão”, ou seja, é preciso compreender qualitativamente o que estas obras apresentam de temas, conteúdos e conceitos sociológicos.

Tabela 7 – Autores da Sociologia

Coleção	Contagem de Segmento	Sociólogos nas Obras
Conexão mundo	3	1
Conexões	1	3
Contexto e ação	1	4
Diálogo	1	1
Diálogos em Ciências Humanas	1	1
Identidade em ação	1	1
Moderna Plus+	2	16
Módulos para o novo EM	1	1
Multiversos Ciências Humanas	2	0
Prisma	2	0

Fonte: Autoria Própria (2024)

É importante sinalizar que o recorte metodológico centrado na presença explícita do termo “desigualdade(s)” nos títulos dos capítulos pode subestimar conteúdos que abordam o fenômeno de forma implícita. No entanto, essa opção metodológica foi fundamentada na hipótese de que a ausência explícita do tema nos títulos já constitui, em si, um indicativo de sua marginalização no currículo, dificultando seu reconhecimento como objeto de ensino estruturante da Sociologia escolar.

Mais do que identificar referências pontuais à desigualdade ao longo das obras, a proposta deste estudo foi compreender se a complexidade do fenômeno social da desigualdade brasileira está efetivamente presente nos livros didáticos, de maneira articulada, densa e capaz de proporcionar aos estudantes uma reflexão crítica e sistemática. A dispersão do tema em pequenos trechos, diluídos ao longo das obras, sem uma abordagem conceitual consistente, compromete a construção de um raciocínio sociológico capaz de fomentar o estranhamento e a desnaturalização das relações sociais desiguais.

Este estudo combinou análise quantitativa descritiva (frequência temática) com análise qualitativa interpretativa (com base em categorias sociológicas), articulando-se a documentos oficiais, como a BNCC (BRASIL, 2018), e a estudos anteriores sobre o tema (BODART et al., 2021). O objetivo central foi investigar em que medida os livros didáticos de Sociologia aprovados nos PNLDs de 2018 e 2021 possibilitam a desnaturalização da desigualdade social, conforme os princípios epistemológicos da disciplina e os fundamentos das Ciências Sociais.

5. ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS

Os livros didáticos distribuídos pelo FNDE por meio do PNLD são nossos *locus* de pesquisa. Aqui vamos apresentar a análise realizada dos capítulos dos PNLDs 2018 e 2021, sobre a desigualdade social. Como já exposto, por sua natureza os livros são um artefato cultural relevante, delimitam os conteúdos formalizados e expõe as dinâmicas de consolidação do conhecimento. São, por assim dizer, obras que permitem a “circulação de ideias sociológicas” como bem pontuou Simone Meucci (2020), desta forma, os

livros escolares não dizem apenas respeito ao fenômeno escolar, mas são também recursos valiosos para o entendimento de processos sociais relacionados à vida intelectual mais abrangente. São meio privilegiado que permite vislumbrar certas dinâmicas de produção e repercussão social do repertório cultural e científico em uma determinada sociedade. (MEUCCI, 2020, P.3)

No limite, os livros evidenciam como os agentes sociais constroem representações sobre a realidade, quais temas são legitimados como relevantes para o ensino e de que maneira são abordados. No caso específico da disciplina de Sociologia, o tratamento conferido à temática da desigualdade social nos livros didáticos pode revelar tanto os limites quanto as possibilidades de uma educação escolar comprometida com a formação crítica dos estudantes.

Assim, a análise dos conteúdos presentes nos capítulos selecionados dos livros do PNLD 2018 e 2021 permitirá apreender as concepções teóricas mobilizadas, a pertinência dos contextos apresentados, a capacidade estimular a reflexão crítica e o pensamento autônomo dos estudantes.

Essa leitura crítica fundamenta-se na compreensão de que o livro didático não é um espelho neutro da realidade, mas um instrumento de mediação cultural atravessado por disputas simbólicas, intencionalidades pedagógicas e condicionantes editoriais. Por isso, compreender como a desigualdade social é tematizada nos livros de Sociologia nos ajuda a entender, também, como a escola e o currículo participam da construção de visões de mundo e da (re)produção das hierarquias sociais.

Como já foi exposto em nossa metodologia, partiremos de três fatores analíticos centrais: Problematização da realidade social (desnaturalização e estranhamento); Rigor teórico; Contextualização e intersecção do fenômeno com a realidade social dos estudantes.

Tabela 8 – Relação por capítulos

PNLD	LIVRO	EDITORA	CAPÍTULO
2018	TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	Editora Brasil	18. Desigualdades de várias ordens;

2018	SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	Moderna	10. Estratificação e desigualdades sociais
2018	SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	Imperial Novo Milênio	8. “Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior”. O trabalho e as desigualdades sociais na História das sociedades.
2018	SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	Imperial Novo Milênio	21. “Onde você esconde seu racismo?” Desnaturalizando as desigualdades raciais
2018	SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	Imperial Novo Milênio	19. “Chegou o caveirão!” E agora? Violência e desigualdades sociais
2021	1. Convivências e conflitos	Editora Brasil	Unidade 1. África do Sul: diversidade e desigualdades
2021	3. Liberdade e Vida Social	Editora Brasil	Unidade 4. Desigualdade como impedimento para a liberdade
2021	6. Trabalho e Sociedade	Editora Brasil	Unidade 3. Relações de trabalho, emprego e desigualdade social
2021	5. Estado, poder e democracia	Moderna	4. Poder, desigualdade e Globalização
2021	Desigualdade e Poder	Scipione	CAPÍTULO 4 Qual é a relação entre autoritarismo, opressão e desigualdade?
2021	Convivo Democrático	Atica	Capítulo 1 Desigualdades socioeconómicas no mundo contemporâneo
2021	6. Ética, cidadania e direitos humanos	Moderna	5 – Desigualdades sociais e igualdade de direitos
2021	2. Globalização, emancipação e cidadania	Moderna	3 – Economia global e trocas desiguais
2021	3. Trabalho, ciência e tecnologia	Moderna	2 – Mundo do trabalho e desigualdade social
2021	6. Conflitos e desigualdades	Moderna	6 – Desigualdade racial, racismo e políticas afirmativas na cidade contemporânea
2021	Módulo 2 Os tempos e espaços das cidades	AJS	Capítulo 5 – Cidades e suas desigualdades
2021	Trabalho, Tecnologia e Desigualdade	FTD	CAPÍTULO 4 Trabalho, indicadores e desigualdades sociais

2021	Política, Conflitos e Cidadania	FTD	CAPÍTULO 6 As diferentes faces da desigualdade brasileira
2021	Mundo do Trabalho: Indivíduo e Sociedade	FTD	CAPÍTULO 3 O mercado de trabalho no Brasil e suas desigualdades
2021	Brasil da diversidade: Sociedade e direitos	FTD	CAPÍTULO 5 Racismo e desigualdade racial no Brasil

Fonte: Autoria própria (2024)

No livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, o capítulo *Desigualdades de várias ordens* apresenta uma introdução satisfatória ao conceito de desigualdade social, explana como a desigualdade é fruto da construção histórica. Demonstra um esforço de contextualização ao trazer dados do IBGE, permitindo que os estudantes relacionem as informações com sua realidade concreta. Do ponto de vista do rigor teórico, o capítulo se destaca ao apresentar uma diversidade de interpretações sociológicas por meio de autores como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Oracy Nogueira.

No livro *Sociologia em Movimento*, o capítulo *Estratificação e desigualdades sociais*, apresenta uma sólida problematização da realidade social ao conjugar diferentes formas de desigualdade com uma narrativa inicial que ilustra concretamente as disparidades vividas por jovens de origens sociais distintas. Esse recurso didático, aliado à mobilização de dados da PNAD 2013 e de fontes como a Fundação Getúlio Vargas, promove o estranhamento necessário para que os estudantes reconheçam a desigualdade como construção histórica e social, e não como algo naturalizado. Do ponto de vista do rigor teórico, o capítulo se destaca ao introduzir e desenvolver de maneira consistente conceitos fundamentais como estrutura social, estratificação, mobilidade social, castas, estamentos, classes sociais e status. A articulação entre teoria e realidade é aprofundada com a presença de uma diversidade de autores, desde os clássicos Karl Marx e Max Weber até nomes contemporâneos como Jessé de Souza, Marcelo Neri, Márcio Pochmann e Raquel Rolnik, o que amplia as possibilidades interpretativas dos estudantes. Por fim, o capítulo adota uma abordagem interseccional ao relacionar desigualdades econômicas, raciais, de gênero e digitais, revelando como essas esferas se entrelaçam e se reforçam mutuamente na realidade brasileira, o que contribui para uma compreensão crítica e contextualizada do fenômeno.

No livro *Sociologia para Jovens do Século XXI*, o capítulo “*Ganhava a vida com muito suor e mesmo assim não podia ser pior*” *O trabalho e as desigualdades sociais na História das sociedades*, apresenta uma fundamentação teórica robusta, especialmente alicerçada nos

conceitos marxistas relacionados ao trabalho, modo de produção, relações de produção e estratificação social. Essa base teórica rigorosa contribui para uma análise profunda das desigualdades de classe, destacando a centralidade da tradição marxista na compreensão das dinâmicas sociais. Entretanto, a problematização da realidade social é limitada pela fraca articulação entre a teoria e a realidade cotidiana, visto que o capítulo carece de dados oficiais ou exemplos concretos que possibilitem aos estudantes uma conexão efetiva com suas experiências. A exceção é a abordagem do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que atua como um elo entre teoria e realidade. Quanto à pluralidade teórica, o texto privilegia fortemente Marx e Engels, enquanto autores como Max Weber, Pierre Clastres e outros aparecem apenas marginalmente, o que reduz a diversidade de perspectivas e o debate teórico. Por fim, a interseccionalidade é praticamente ausente, uma vez que o capítulo se concentra na desigualdade de classes dentro da tradição marxista, sem explorar outras dimensões das desigualdades sociais, o que limita uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

No livro: *Sociologia para Jovens do Século XXI*, no capítulo “*Onde você esconde seu racismo?*” *Desnaturalizando as desigualdades raciais*, observa-se uma problematização eficaz da realidade social, ao trazer à tona episódios concretos de racismo e expressões cotidianas que revelam sua persistência estrutural na sociedade brasileira. Essa abordagem promove o estranhamento necessário para que os estudantes compreendam o racismo como construção histórica e ideológica, e não como algo naturalizado. O rigor teórico do capítulo é evidenciado pelo sólido arcabouço conceitual que explora noções fundamentais como preconceito, discriminação, raça, etnia e racismo, além de uma contextualização crítica das teorias eurocêntricas do século XIX. A relação entre teoria e realidade social é fortalecida por dados do IBGE e do IPEA, que ilustram disparidades salariais, educacionais e sociais entre brancos e negros, permitindo aos estudantes interpretarem sua própria realidade à luz da teoria sociológica. No campo da pluralidade teórica, o capítulo é exemplar ao mobilizar autores como Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Muniz Sodré, Kabengele Munanga, entre outros, o que amplia as possibilidades de compreensão crítica sobre as múltiplas dimensões do racismo. No entanto, a análise interseccional é insuficiente, pois o texto não explicita como o racismo interage com outras formas de desigualdade, como gênero, orientação sexual, idade ou território, limitando uma leitura mais completa e complexa das opressões que afetam grupos sociais distintos de maneira diferenciada.

No livro: *Sociologia para Jovens do Século XXI*, capítulo “*Chegou o caveirão!*” *E agora? Violência e desigualdades sociais*, observa-se uma problematização pertinente da realidade social ao relacionar a violência urbana com as múltiplas formas de desigualdade

presentes na sociedade brasileira. A análise teórica do capítulo sustenta-se em uma fundamentação conceitual sólida, que contempla termos essenciais como violência, desigualdade social, violência simbólica, além de temas como direitos trabalhistas e reforma agrária. A articulação entre teoria e realidade é eficaz, especialmente ao utilizar o exemplo concreto do caveirão, o que permite aos estudantes reconhecerem como a repressão estatal afeta, de forma desproporcional, determinados grupos sociais. O rigor teórico é reforçado pela mobilização de diversos autores e abordagens, que vão de clássicos como Marx, Durkheim e Weber a pensadores contemporâneos como Loïc Wacquant e Virginia Fontes, oferecendo aos estudantes uma diversidade de interpretações sobre o fenômeno da violência vinculada à desigualdade. Destaca-se também a perspectiva interseccional, uma vez que o texto articula classe, raça, território, gênero e idade na análise da ação violenta do Estado, evidenciando como esses marcadores se entrelaçam na produção de experiências desiguais. Apesar da riqueza analítica, o capítulo atua mais como um aprofundamento temático da violência do que como uma exposição abrangente das desigualdades sociais, servindo melhor como complemento a capítulos anteriores que contextualizam e conceituam de forma mais ampla o fenômeno das desigualdades no Brasil.

No livro *Convivências e Conflitos, Unidade África do Sul: diversidade e desigualdades*, observa-se uma problematização pouco eficaz da realidade social, uma vez que a unidade não estabelece conexões claras entre o contexto sul-africano e a vivência concreta dos estudantes brasileiros. Embora a abordagem da África do Sul possa oferecer um potencial comparativo significativo, a ausência de uma contextualização histórica mais densa e de exemplos que dialoguem diretamente com a realidade dos estudantes compromete a capacidade de promover o estranhamento e a desnaturalização do fenômeno da desigualdade social. Do ponto de vista do rigor teórico, a unidade se mostra insuficiente não há mobilização de conceitos sociológicos, nem referência a teorias das Ciências Sociais que sustentem a análise das desigualdades apresentadas. O conteúdo baseia-se majoritariamente em fontes jornalísticas e dados empíricos, sem o suporte da produção acadêmica, o que fragiliza a construção conceitual necessária ao ensino de Sociologia. Além disso, a pluralidade de abordagens teóricas e autores está ausente, comprometendo a riqueza interpretativa do material.

No livro *Desigualdade e Poder*, capítulo *Qual é a relação entre autoritarismo, opressão e desigualdade?*, observa-se uma problematização limitada da realidade social no que se refere à desigualdade, uma vez que o foco do capítulo está centrado na descrição de regimes políticos autoritários (como ditaduras, fascismo e totalitarismo) e na exposição de suas características históricas. Embora o texto traga exemplos relevantes e ilustrações que contribuem para a

compreensão desses sistemas, a desigualdade social aparece apenas como consequência colateral, sobretudo no contexto das medidas econômicas adotadas durante a Ditadura Militar no Brasil. O rigor teórico é comprometido pela ausência de autores e conceitos da Sociologia, o que enfraquece a análise crítica e descontextualiza o fenômeno da desigualdade de suas múltiplas determinações sociais. Apesar de o texto tentar estabelecer alguma relação entre teoria e realidade, ao mencionar a persistência do autoritarismo no cotidiano e as implicações do neoliberalismo na concentração de renda e na marginalização de grupos sociais, essas conexões não são aprofundadas teoricamente. A ausência de pluralidade teórica e de autores das Ciências Sociais reduz a capacidade interpretativa do material, que adota uma abordagem majoritariamente histórica. No que se refere à interseccionalidade, o capítulo até reconhece a relação entre autoritarismo e desigualdade, mas não analisa como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero, idade, território ou orientação sexual moldam de forma desigual os efeitos dessas políticas.

No livro *Estado, poder e democracia*, capítulo *Poder, desigualdade e globalização*, há um esforço em apresentar conceitos relevantes, como poder, desigualdade e globalização, mas a ausência de teorias sociológicas e de contrapontos conceituais compromete a problematização crítica da realidade social. O capítulo fornece uma visão genérica desses temas, sem aprofundar os conflitos ou múltiplas interpretações possíveis, o que enfraquece o processo de desnaturalização das desigualdades. Em termos de rigor teórico, nota-se a carência de autores clássicos ou contemporâneos das Ciências Sociais, com exceção de uma breve menção a Serge Paugam. Apesar disso, a contextualização da realidade é um dos pontos fortes do capítulo, que mobiliza exemplos acessíveis aos estudantes, como a atuação da ONU, FMI e OMC, além de gráficos, mapas e estudos de caso, para ilustrar os impactos da globalização na distribuição desigual de riquezas. No capítulo destaca as desigualdades em escala global, mas não articula essas dinâmicas com as múltiplas expressões da desigualdade social no contexto brasileiro. Assim, embora o conteúdo seja didaticamente rico e bem ilustrado, sua utilidade no ensino de Sociologia é prejudicada pela fragilidade teórica e pela ausência de um olhar mais aprofundado sobre os efeitos concretos da desigualdade na realidade dos estudantes.

No livro *Ética, cidadania e direitos humanos*, capítulo *Desigualdades sociais e igualdade de direitos*, a problematização da realidade social é construída a partir da mobilização de conceitos centrais da Sociologia, como estratificação social, mobilidade, cidadania, pobreza e exclusão. O capítulo apresenta uma exposição crítica e bem contextualizada do fenômeno da desigualdade social. O rigor teórico é evidenciado pela presença de uma gama expressiva de autores e autoras das Ciências Sociais, como Karl Marx, Max Weber, Georg Simmel, Robert

Castel, Thomas Malthus, Alfred Marshall e Hannah Arendt, cujas diferentes perspectivas permitem uma compreensão multifacetada das origens, persistências e implicações das desigualdades. A articulação entre teoria e realidade é efetiva, ao vincular os conceitos trabalhados a situações concretas como a pobreza, os estratos de renda, os direitos sociais negligenciados e a concentração de riqueza, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo dos estudantes. Em relação à interseccionalidade, o capítulo concentra-se principalmente na desigualdade de renda e sua relação com os aspectos políticos e culturais da sociedade, mas deixa de aprofundar outras expressões da desigualdade, como as de gênero, raça, orientação sexual ou território.

No livro *Globalização, emancipação e cidadania*, capítulo *Economia global e trocas desiguais*, a problematização está centrada na desigualdade entre nações vinculada à divisão internacional do trabalho e aos processos históricos da globalização. Embora o capítulo utilize dados empíricos e apresente contextos econômicos e históricos relevantes, a ausência de fundamentação teórica rigorosa e a falta de discussão crítica impedem o estranhamento necessário para que os estudantes compreendam as disputas e contradições inerentes ao fenômeno. O rigor teórico é fragilizado pela não mobilização de autores clássicos ou contemporâneos das Ciências Sociais, predominando uma abordagem alinhada à Geografia, com referência a Milton Santos, que não é complementada por outras perspectivas sociológicas. A relação entre teoria e realidade social se dá principalmente pela apresentação de fatos e exemplos históricos, mas sem fomentar a análise autônoma ou o debate crítico.

No livro *Trabalho, ciência e tecnologia*, capítulo *Mundo do trabalho e desigualdade social*, é consistente problematização da realidade social, ao articular os conceitos clássicos das Ciências Sociais relacionados ao trabalho com as dinâmicas contemporâneas da desigualdade. O capítulo apresenta um rigor teórico notável, mobilizando autores fundamentais como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, além de contribuições contemporâneas de Ricardo Antunes, Renato Ortiz e outros, o que amplia a pluralidade de abordagens e permite aos estudantes desenvolverem interpretações autônomas. A relação entre teoria e realidade social é clara e eficaz, uma vez que o texto relaciona temas como desemprego, terceirização e precarização a dados oficiais e à fundamentação teórica, tornando concreta a compreensão dos processos que moldam as desigualdades. Por fim, o capítulo explora bem a interseccionalidade, mostrando como as desigualdades de gênero e raça se entrelaçam com as relações de trabalho e a distribuição de renda, proporcionando uma visão integrada e historicamente situada do fenômeno.

No livro *Conflitos e desigualdades*, o capítulo *Desigualdade racial, racismo e políticas*

afirmativas na cidade contemporânea, aborda conceitos centrais como raça, racismo, preconceito, discriminação e segregação. O capítulo apresenta um rigor teórico robusto, mobilizando importantes autores como Florestan Fernandes, Loïc Wacquant, Gilberto Freyre, Kabengele Munanga e outros, o que possibilita múltiplas interpretações e uma compreensão crítica da persistência das desigualdades raciais. A relação entre teoria e realidade social é clara e consistente, ao trazer exemplos históricos do colonialismo, escravidão e da ideologia da democracia racial, articulados à realidade atual, na qual pessoas negras enfrentam maiores dificuldades no acesso a direitos, trabalho, renda, moradia e estão mais expostas à violência urbana. Destaca-se a articulação interseccional presente no capítulo, que relaciona as desigualdades raciais às dimensões econômica, territorial e política, especialmente no contexto das disputas pela ocupação e gestão do espaço urbano. Essa abordagem integrada favorece uma visão complexa e crítica do fenômeno, permitindo que os estudantes desenvolvam sínteses autônomas sobre a desigualdade racial na sociedade brasileira contemporânea.

No livro *Módulo 2 Os tempos e espaços das cidades, capítulo Cidades e suas desigualdades*, há uma tentativa de discutir a segregação espacial e as desigualdades nas cidades, especialmente entre centro e periferia. No entanto, a fundamentação conceitual é limitada, pois o texto não define com clareza os conceitos principais nem explica de forma precisa como os diferentes grupos sociais são afetados. O rigor teórico é suportado por autores importantes como Georg Simmel, Ferdinand Tönnies, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Teresa Caldeira, mas o capítulo não aprofunda a análise histórica das disputas pelo espaço urbano nem identifica com clareza quem são os sujeitos dessas disputas. A conexão entre teoria e realidade social é razoável, pois o texto usa relatos pessoais, dados do IPEA e imagens para aproximar os estudantes do tema, mas não explica bem como surgem e se mantêm essas desigualdades. Por fim, a interseccionalidade aparece de forma indireta, ao relacionar desigualdades territoriais com classe social e com a atuação do Estado, no entanto, o texto não deixa claro quais grupos são mais afetados, como pessoas negras e moradores de periferias, o que enfraquece a compreensão completa do fenômeno.

No livro *Trabalho, Tecnologia e Desigualdade*, o capítulo *Trabalho, indicadores e desigualdades sociais*, a abordagem sobre a desigualdade social revela sérias limitações conceituais e analíticas. O texto se contenta em apresentar indicadores como o Coeficiente de Gini e o IDH de forma descritiva, sem problematizar os mecanismos históricos, políticos e sociais que produzem e mantêm essas desigualdades. A ausência de autores e teorias das Ciências Sociais compromete profundamente o rigor teórico do capítulo, reduzindo a complexidade do fenômeno da desigualdade a números e dados soltos, desprovidos de análise

crítica. Os estudantes não são provocados a refletir sobre o caráter construído e estrutural da desigualdade, tampouco são convidados a enxergar sua própria realidade à luz da teoria sociológica. A relação entre teoria e realidade social é quase inexistente, pois os dados apresentados não dialogam com o cotidiano dos estudantes nem oferecem ferramentas para uma leitura crítica da sociedade. Além disso, o texto ignora completamente a interseccionalidade, deixando de abordar como raça, gênero, território ou classe operam de forma combinada na produção das desigualdades. Trata-se de um capítulo que esvazia o potencial formativo da Sociologia, ao reduzir um tema central como a desigualdade a uma série de descrições técnicas sem profundidade crítica ou teórica.

No livro *Política, Conflitos e Cidadania*, capítulo *As diferentes faces da desigualdade brasileira*, a abordagem do fenômeno da desigualdade peca por sua superficialidade teórica e por uma visão excessivamente descritiva. Embora reconheça a desigualdade como um problema estrutural e histórico do Brasil, o capítulo não mobiliza autores ou teorias das Ciências Sociais que permitam compreender as raízes profundas desse fenômeno. A ausência de rigor teórico compromete o processo de desnaturalização da desigualdade, pois não há esforço para explicitar as estruturas sociais, econômicas e políticas que sustentam as disparidades no país. O texto se limita à apresentação de dados empíricos, sem articulação com interpretações sociológicas ou com a vivência concreta dos estudantes, o que inviabiliza a construção de uma leitura crítica e autônoma da realidade. Não há pluralidade de abordagens teóricas, nenhum autor ou corrente sociológica é citado, o que reduz o potencial reflexivo do conteúdo. O texto não analisa como as desigualdades de classe, raça, gênero ou território se combinam e se reforçam, limitando-se a uma defesa genérica da justiça social. Em síntese, trata-se de um capítulo que esvazia a potência crítica da Sociologia, ao não oferecer ferramentas teóricas para compreender a complexidade das desigualdades brasileiras.

No livro *Mundo do Trabalho: Indivíduo e Sociedade*, capítulo *O mercado de trabalho no Brasil e suas desigualdades*, a análise da desigualdade social é fragilizada pela ausência de fundamentação teórica rigorosa e pela falta de diálogo com autores das Ciências Sociais. Embora o texto reconheça a construção histórica das desigualdades no Brasil, como a escravização de povos indígenas e africanos, essa dimensão aparece sem o respaldo de teorias sociológicas ou interpretações críticas que desnaturalizem o fenômeno. A problematização da realidade social é, portanto, limitada, já que as desigualdades são tratadas de forma descritiva, impedindo que os estudantes desenvolvam análises próprias a partir de diferentes perspectivas. O rigor teórico é substituído por uma exposição empírica baseada em dados de órgãos oficiais, mas sem articulação com categorias analíticas capazes de aprofundar o entendimento do

fenômeno. Quanto à interseccionalidade, há uma tentativa de articular desigualdades de gênero, raça, idade e classe com os dados apresentados, mas, novamente, sem apoio teórico que permita compreender como essas dimensões se cruzam e se reforçam na estrutura do mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de um capítulo que reconhece parcialmente a complexidade das desigualdades, mas que falta de base teórica e pluralidade de interpretações.

No livro *Brasil da diversidade: Sociedade e direitos*, no capítulo *Racismo e desigualdade racial no Brasil* é reconhecida a centralidade histórica e estrutural do racismo na conformação das desigualdades sociais, a contextualização fica a cargo da caracterização da escravização de africanos e indígenas, mas carece de aprofundamento crítico e de articulação conceitual consistente. O capítulo mobiliza dados oficiais e expressões culturais que ilustram a exclusão da população negra, mas não fornece aos estudantes ferramentas teóricas que possibilitem a desconstrução do racismo como fenômeno histórico, social e ideológico. O rigor teórico é apenas esboçado, com referências pontuais a autores como Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, sem que suas contribuições sejam de fato exploradas para fomentar uma leitura crítica da realidade. A relação entre teoria e realidade social se dá de forma introdutória, ancorada em exemplos históricos e estatísticos, mas sem um arcabouço conceitual robusto que possibilite a compreensão sistêmica das desigualdades raciais, o texto limita-se a uma abordagem descritiva.

No livro *Liberdade e Vida Social*, no capítulo *Desigualdade como impedimento para a liberdade* a análise da desigualdade carece de rigor teórico no campo da Sociologia, privilegiando abordagens descritivas e filosóficas sobre os limites da igualdade formal diante das profundas disparidades sociais. A problematização da realidade é feita a partir de elementos históricos como a escravização e o patriarcado, que são corretamente apontados como estruturantes da desigualdade, mas a ausência de fundamentação sociológica consistente dificulta uma leitura crítica e aprofundada do fenômeno. Os autores são apresentados Adam Smith, Karl Marx e Herbert Spencer, mas suas ideias não são exploradas com profundidade, o que esvazia o potencial formativo da obra e restringe a autonomia interpretativa dos estudantes. A relação entre teoria e realidade social é presente, sobretudo na tentativa de mostrar como a urbanização precária, a seca e as mazelas do capitalismo limitam o exercício pleno da liberdade. Contudo, essas conexões se mantêm no nível da ilustração e não se traduzem em análise sociológica densa. Em contrapartida, o capítulo se destaca ao introduzir o conceito de interseccionalidade de forma explícita, evidenciando como as desigualdades de raça, classe, gênero e território se combinam para restringir liberdades. A ausência de autores da Sociologia e a superficialidade conceitual comprometem a potência analítica do texto, restringindo a

desigualdade como obstáculo à liberdade.

No livro *Trabalho e Sociedade*, no capítulo *Relações de trabalho, emprego e desigualdade social*, a abordagem do fenômeno da desigualdade social carece de uma problematização mais profunda da realidade, já que, o tratamento do conteúdo é marcadamente descriptivo, centrado em dados estatísticos e gráficos. Apesar de apresentar conceitos como “trabalho”, “emprego” e “renda”, o capítulo limita-se a descrevê-los de forma isolada. Quanto ao rigor teórico, observa- se uma fragilidade evidente não há mobilização de autores clássicos ou contemporâneos da Sociologia que sustentem os argumentos apresentados, tampouco são exploradas diferentes interpretações sobre o fenômeno, o que empobrece a reflexão crítica e reduz a possibilidade de formação autônoma do pensamento sociológico. Há menções a desigualdades de gênero, raça e faixa etária, porém sem análise articulada entre essas dimensões, resultando em uma compreensão parcial do fenômeno.

No livro *Diálogos em Ciências Humanas: Convívio Democrático*, no capítulo intitulado *Desigualdades socioeconômicas no mundo contemporâneo*, a abordagem teórica mobiliza autores significativos das Ciências Sociais, como Pierre Bourdieu, Norberto Bobbio e Manuel Castells, proporcionando um bom rigor teórico para a compreensão das desigualdades. Esses referenciais permitem problematizar a realidade social, destacando os mecanismos de reprodução das desigualdades e as transformações provocadas pela globalização. Além disso, o capítulo utiliza dados oficiais de fontes confiáveis como o PNUD (ONU) e o IBGE, promovendo a contextualização do fenômeno com a realidade social contemporânea, inclusive brasileira, facilitando a conexão dos estudantes com os temas abordados. Há uma forte problematização da realidade social, através de conceitos como pobreza, consequências da corrupção e qualidade de vida. Essa combinação entre fundamentação teórica, dados empíricos e referências culturais favorece uma aprendizagem mais rica e articulada do fenômeno das desigualdades socioeconômicas no mundo atual.

Como resultado das análises realizadas conseguimos apontar a configuração que o fenômeno da desigualdade social está presente nos livros didáticos, destinados à disciplina de Sociologia. A primeira constatação que salta aos olhos é a comparação entre o material disponível no PNLD 2018 para o PNLD 2021, a mudança editorial colocada em prática no último PNLD em que as obras didáticas passaram a ser organizadas por áreas de conhecimento, seguindo uma exigência do Ministério da Educação alinhada à BNCC (Base Nacional Comum Curricular), representou um decréscimo na profundidade e robustez dos conteúdos apresentados. Algo que a professora o Ileizi Silva (2020), já ressaltava que o currículo por competências possui a tendência de a “empobrecimento dos conteúdos e simplificações”, uma

vez que, há uma desvalorização do conhecimento especializado em favor de “procedimentos de motivação em detrimento”. A nova BNCC (2018) onde o conceito central é as *competências e habilidades* desprestigia o conhecimento disciplinar sistematizado a um conjunto de aprendizagens instrumentais voltadas para a adaptação dos sujeitos ao mundo do trabalho e à vida cotidiana.

Esse deslocamento epistemológico implica na substituição da formação crítica pela ênfase em atitudes e valores genéricos, esvaziando a potência analítica da disciplina e contribuindo para uma abordagem superficial de temas complexos, como a desigualdade social. Assim, a lógica das competências tende a enfraquecer a problematização estrutural da realidade, favorecendo um currículo menos comprometido com a transformação social e mais alinhado aos interesses pragmáticos da formação de capital humano.

Essa lógica ajuda a compreender por que, em sete das obras didáticas do PNLD 2021 analisadas, não há qualquer menção a autores ou teorias provenientes do campo das Ciências Sociais (ver Tabela 9). Tal ausência não foi observada nas obras do PNLD 2018, período em que a divisão por disciplinas ainda se mantinha. A exclusão de autores e teorias sociológicas fragiliza sobremaneira a constituição do que Michael Young (2016) denomina "conhecimento poderoso", isto é, o tipo de conhecimento capaz de ampliar as capacidades dos estudantes para compreender, criticar e intervir no mundo social.

Tabela 9 – Livros sem autores das Ciências Sociais

Livro	Capítulo
Contexto e Ação: Desigualdade e Poder	Qual é a relação entre autoritarismo, opressão e desigualdade?
Política, Conflitos e Cidadania	As diferentes faces da desigualdade brasileira
Trabalho, Tecnologia e Desigualdade	Trabalho, indicadores e desigualdades sociais
Mundo do Trabalho: Indivíduo e Sociedade	Os idosos e o mercado de trabalho
Globalização, emancipação e cidadania	Economia global e trocas desiguais
Trabalho e Sociedade	Relações de trabalho, emprego e desigualdade social

Autoria própria (2025)

A análise dos livros revelou importantes contrastes entre as obras dos PNLD 2018 e 2021. Os dados indicam uma mudança significativa no conteúdo e na profundidade analítica das obras, produto da reconfiguração exigida pela nova BNCC. A transição de uma organização por disciplinas para uma estrutura por áreas de conhecimento trouxe implicações diretas na forma como os conteúdos sociológicos são abordados, impactando, sobretudo, a qualidade da

formação crítica dos estudantes.

Podemos perceber que as obras do PNLD 2018 apresentam, em geral, maior comprometimento com o aproximar os conceitos sociológicos com a realidade vivida pelos estudantes e um maior rigor teórico, com exploração de uma gama de autores e teorias das Ciências Sociais. Os capítulos analisados demonstram esforço em contextualizar a desigualdade como fenômeno histórico e estrutural, apoando-se em conceitos fundamentais das Ciências Sociais. Essa característica foi especialmente visível em livros que mobilizam autores clássicos e contemporâneos, como Karl Marx, Max Weber, Florestan Fernandes, entre outros, oferecendo aos estudantes um repertório teórico diversificado.

Em contraste, grande parte das obras do PNLD 2021 apresenta uma abordagem descritiva da desigualdade social. Além da fragilidade teórica, a análise mostrou que a contextualização com a realidade dos estudantes também sofreu um rebaixamento. Muitos capítulos se limitam à exposição de dados empíricos desarticulados de interpretações sociológicas, enfraquecendo a capacidade dos alunos de compreenderem suas próprias experiências à luz de categorias analíticas.

Desta forma, podemos perceber os impactos que a BNCC de 2018 produziu na elaboração das obras didáticas. Um currículo orientado por competências, ao privilegiar habilidades genéricas e uma aprendizagem utilitarista, tende a esvaziar a característica que fundamenta a Sociologia escolar de refletir cientificamente o funcionamento da sociedade e seus agentes. O que ocorre é uma desvalorização do conhecimento científico, contribuindo para uma formação que adapta os indivíduos a uma lógica neoliberal e ao mercado de trabalho, em detrimento de uma formação intelectual e crítica.

Daniel Cara (2019) argumenta que a reforma educacional conduzida a partir da BNCC está profundamente alinhada aos preceitos do neoliberalismo, ao reduzir a educação a uma lógica de desempenho e empregabilidade. Nessa perspectiva, o conhecimento deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser instrumentalizado para o atendimento de demandas do mercado, esvaziando seu caráter formativo, crítico e emancipador. Ao deslocar o foco do currículo escolar para competências e habilidades genéricas, o projeto educacional em curso desresponsabiliza o Estado pelo direito à educação plena e transfere aos indivíduos o ônus de sua inserção social, reforçando uma visão meritocrática da desigualdade.

Assim, os livros didáticos produzidos sob essa diretriz refletem tal orientação, ao minimizarem a centralidade das teorias sociais, relativizarem os conflitos estruturais da sociedade e ocultarem as lutas por justiça social. A Sociologia escolar, quando enquadrada nessa lógica, corre o risco de ser reduzida a um apêndice ilustrativo de problemas sociais

descontextualizados, perdendo sua função de provocar o estranhamento da realidade e de promover uma leitura crítica das estruturas de dominação.

Como destaca Daniel Cara, o projeto neoliberal de educação promove um deslocamento da formação cidadã para a formação de capital humano, o que se revela nos materiais didáticos que evitam confrontar os estudantes com a complexidade e as contradições da vida social. Ao invés de fomentar sujeitos críticos e conscientes, molda-se um currículo que busca conformar comportamentos e atitudes que respondam às exigências de produtividade e adaptação ao sistema vigente.

Diante desse cenário, é fundamental reafirmar a importância de uma Sociologia escolar que promova a reflexão crítica e a leitura complexa da realidade. A inclusão de autores/as das Ciências Sociais, o uso de dados contextualizados, a problematização das estruturas sociais e o estímulo à autonomia intelectual dos estudantes são elementos indispensáveis para que o ensino da disciplina cumpra sua função social.

Finalmente, na comparação entre as edições do PNLD, as obras do ano de 2018 apresentaram maior robustez na apresentação do fenômeno da desigualdade social. O cuidado em apontar teóricos e teorias das Ciências Sociais, contribuem para o exame científico da sociedade e proporcionam aos estudantes ferramentas analíticas sobre as relações sociais. Já na edição de 2021, as obras didáticas possuem um caráter muito mais descritivo e pouco embasado em teóricos e teorias das Ciências Sociais, algo que nos parece estar vinculado as mudanças curriculares colocadas em prática a partir do ano de 2017.

Dessa forma, a análise empreendida neste capítulo revela que a forma como a desigualdade social é abordada nos livros didáticos de Sociologia reflete disputas mais amplas sobre os sentidos da educação no Brasil contemporâneo. A reconfiguração curricular promovida pela BNCC não apenas alterou a estrutura editorial das obras, mas também enfraqueceu o compromisso com a formação crítica, característica essencial da Sociologia escolar. Ao privilegiarem abordagens descritivas, carentes de rigor teórico e desarticuladas das vivências concretas dos estudantes, grande parte das obras do PNLD 2021 contribui pouco para a construção do 'conhecimento poderoso', aquele que, segundo Michael Young (2016), amplia a capacidade dos sujeitos de compreender, criticar e transformar a realidade social.

6. GUIA PEDAGÓGICO

Procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, a centralidade do fenômeno da desigualdade sociais na construção da sociedade brasileira, sua importância como objeto de análise das ciências sociais, sua potencialidade como chave de entendimento da realidade e a pertinência para o estudo no Ensino Médio. Através da análise dos conteúdos dos livros didáticos do PNLD 2018 e PNLD 2021, realizamos a investigação de como esse fenômeno era e é abordado nestas obras, conseguindo perceber as fragilidades quanto ao rigor teórico e na contextualização com a realidade social.

Como produto pedagógico desta dissertação, construímos um Guia Pedagógico para os professores e professoras da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Este guia se propõe servir de apoio ao trabalho docente ao levantar, de maneira , onde as desigualdades sociais são abordadas nos livros didáticos e quais as expressões da desigualdade estão presentes nos livros.

Este produto deverá ser utilizado por docentes seja na elaboração de seus planos de aulas, assim como dentro da comunidade de especialistas para compreender a robustez das obras didáticas distribuídas no PNLD. Com esse duplo caráter pretendemos fortalecer a Sociologia escolar, equipá-la de ferramentas capazes de traduzir os conceitos sociológicos desenvolvidos pelos especialistas aos estudantes da educação básica.

O guia está dividido em cinco partes: Obras Utilizadas, são apresentados os livros didáticos que utilizados como fonte da nossa investigação; Desigualdades sociais, procuramos conceituar brevemente desigualdade social do ponto de vista sociológico; Subtemas analisados, conceituamos quais as expressões da desigualdade fazem parte desse escopo de investigação; os aspectos analisados, isto é, a partir da análise dos conteúdos dos livros didáticos, realizada nesta dissertação, formulamos algumas categorias operacionalizáveis; e por último, a apresentação de onde localizar cada uma das informações pretendidas.

6.1 Obras Utilizadas

Foram ao todo 18 livros didáticos (três do PNLD 2018 e 15 do PNLD 2021) alvo de nossa investigação, entre o PNLD 2018 e PNLD 2021. Realizamos a análise das obras utilizando os mesmos critérios, por entender que um dos nossos objetivos era externalizar a robustez dos conceitos apresentados nas obras. Desta maneira, era importante constatar a realização da tradução dos conceitos sociológicos com a realidade social dos nossos estudantes, bem como averiguar a consistência do rigor teórico do que ali foi exposto, da mesma forma, perceber se havia a contextualização do fenômeno da desigualdade dentro da realidade brasileira.

Tabela 10 – Relação por Livros

LIVRO	EDITORIA	PNLD
TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	Editora Brasil	2018
SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	Moderna	2018
SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI	Imperial Novo Milênio	2018
Convivências e conflitos	Editora Brasil	2021
Liberdade e Vida Social	Editora Brasil	2021
Trabalho e Sociedade	Editora Brasil	2021
Estado, poder e democracia	Moderna	2021
Desigualdade e Poder	Scipione	2021
Convivo Democrático	Atica	2021
Ética, cidadania e direitos humanos	Moderna	2021
Globalização, emancipação e cidadania	Moderna	2021
Trabalho, ciência e tecnologia	Moderna	2021
Conflitos e desigualdades	Moderna	2021
Os tempos e espaços das cidades	AJS	2021
Trabalho, Tecnologia e Desigualdade	FTD	2021
Política, Conflitos e Cidadania	FTD	2021
Mundo do Trabalho: Indivíduo e Sociedade	FTD	2021
Brasil da diversidade: Sociedade e direitos	FTD	2021

Autoria Própria (2024)

De maneira geral, Bodart (2021) ao realizar uma pesquisa com os livros didáticos distribuídos a parti de 2021, pode constatar que dos 97 autores dos livros didáticos da área de ciências humanas no PNLD 2021, trinta e um possuíam graduação em Ciências Sociais. E que três das obras (das editoras Multiversos, Prisma e Ser protagonista) não possuíam nenhum dos autores com graduação em Ciências Sociais. Podemos indicar que esse seja um dos fortes indícios para os resultados que encontramos, em que algumas obras do PNLD 2021, não utilizarem autores das Ciências Sociais no corpo dos textos.

6.2 Desigualdades Sociais

Ousamos conceituar o fenômeno da desigualdade social, de maneira suscinta e objetiva como um esforço de subsidiar a prática pedagógica, permitindo ao docente elaborar seus planos de aulas pautados em interpretações científicas e ao mesmo tempo, que possam ser compreendidas pelos estudantes.

Figura 2 – Conceito Desigualdade Social

DESIGUALDADES SOCIAIS

A desigualdade social é oriunda da estrutura da sociedade, onde os fatores históricos, econômicos, culturais e políticos determinam como os indivíduos e/ou grupos poderão competir por recursos e oportunidades. Quando falamos dessa desigualdade no Brasil, estamos debatendo um fenômeno que constrói a estrutura social brasileira.

É uma ferramenta da estratificação social que molda a sociedade brasileira e, como tal, não pode ser apreendida como um bloco homogêneo e estanque. Trata-se de um fenômeno complexo que organiza a vida dos indivíduos, e, por isso, necessita de um olhar multidimensional para abranger as desigualdades econômicas, as desigualdades de gênero, étnico-racial, região, educacional, regional, idade, acessibilidade e diversidade.

Este guia se propõe a debater estas várias expressões da desigualdade social nos livros didáticos de Sociologia, para isso analisaremos estas expressões separadamente.

7

Primeiramente situamos a desigualdade social como produto da estrutura da sociedade, dessa forma, apontando o caráter histórico da desigualdade afastando a naturalização dela. Circunscrever a desigualdade como fruto das relações humanas, e portanto, passível de mudança permite que os estudantes consigam olhar para esse fenômeno de maneira crítica.

A sua consequência é limitar a competição por “recursos e oportunidades”, ou seja, a desigualdade social impede que todos os indivíduos dentro de uma sociedade disputem as melhores posições ou que esta disputa não é igual a todos os grupos sociais. Florestan (2008), muito bem exemplificou como a entrada dos negros, já libertos, no mercado de trabalho capitalista não se deu com igualdade de condições, e que, esta construção histórica explica as desvantagens relativas que esse grupo social vai enfrentar dentro da lógica competitiva da sociedade capitalista.

Por fim, sinalizamos que a desigualdade social possui várias expressões e que atingem os indivíduos de modos diferentes. Esta natureza interseccional que a desigualdade social apresenta deve ser destacada, para que olharmos os indivíduos na sua inteireza, os vários atravessamentos que a realidade impõe. Escapando da ideia de compreender a desigualdade

somente um viés, seja de gênero, raça, classe, pois todos se encontram na dinâmica de vida dos sujeitos.

Queremos mostrar que a desigualdade social resulta de uma construção sócio-histórica que define a disputa por recursos e oportunidades na sociedade, impactando os sujeitos por diferentes expressões interligadas.

6.3 Subtemas Analisados

Dividimos a nossa análise em nove formas de expressão da desigualdade: étnico-raciais, classe, gênero, região, idade, acessibilidade, educação e diversidade, dentro de uma proposta pedagógica que permita aos docentes explorar cada uma delas, buscando integrá-las à discussão em sala de aula.

As desigualdades raciais permeiam o contexto histórico brasileiro, desde a escravização até os dias atuais. A população negra, apesar de se constituir na maioria da sociedade brasileira, ainda enfrenta severas dificuldades para atingir os mesmos índices de expectativa de vida, recebe salários menores e encontra maiores dificuldades de acesso à saúde. Por esse motivo, as desigualdades étnico-raciais serviram como marcadores da nossa discussão. Em 44,44% das obras analisadas, essa temática aparece, sendo uma das que apresentam a maior incidência.

As desigualdades entre homens e mulheres são amplamente conhecidas: a disparidade salarial, a sub-representação política, a maior carga de trabalho doméstico não pago e a violência doméstica são exemplos dessa disparidade. A desigualdade social, portanto, ganha outro contorno quando observamos a situação das mulheres em nossa sociedade. Contudo, apenas 11,11% das obras analisadas abordam explicitamente a desigualdade de gênero. Acreditamos que essa discussão é, por vezes, diluída em outros capítulos, o que dificulta a compreensão do fenômeno como um todo.

A desigualdade social é normalmente associada à desigualdade entre as classes sociais. Objetivamente, as disparidades entre ricos e pobres influenciam diretamente as oportunidades e os acessos que uma pessoa terá durante sua vida. É importante, dessa maneira, compreender quais são os elementos que permitem a reprodução dessa desigualdade ao longo do tempo. A temática aparece em 44,44% das obras analisadas.

Diversos aspectos afetam a distribuição de oportunidades entre os indivíduos em uma sociedade. A região em que o indivíduo nasce ou vive determina quais escolas poderá frequentar, o acesso aos serviços de saúde, a maior ou menor oferta de emprego — exemplos que ilustram como a desigualdade regional afeta determinadas populações. Essas desigualdades podem ser

de localidade do país ou até mesmo dentro da mesma cidade. Verificamos que, em 44,44% das obras, é possível perceber essa discussão.

A desigualdade etária diz respeito às diferenças no acesso a direitos, oportunidades e recursos entre pessoas de diferentes faixas etárias. Isso ocorre, por exemplo, quando jovens têm mais dificuldade para conseguir emprego ou quando idosos enfrentam exclusão social e falta de acesso a serviços públicos adequados. Essa temática foi identificada em apenas uma das obras didáticas analisadas.

As desigualdades educacionais, ainda persistentes em nossa sociedade, revelam como os grupos sociais mais vulneráveis (como pessoas negras, pobres ou moradores de áreas periféricas) enfrentam maiores dificuldades para acessar escolas de qualidade, concluir os estudos e alcançar oportunidades no mercado de trabalho. Mesmo que a tradição acadêmica tenha muitos estudos sobre esse aspecto da desigualdade social, nenhuma das obras analisadas aborda diretamente essa discussão.

As barreiras enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ no acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social são conhecidas. Mesmo com avanços legais, ainda são corriqueiros os casos de exclusão, preconceito e violência, o que revela como a orientação sexual e a identidade de gênero impactam o acesso igualitário à cidadania. Apesar da atualidade e relevância do tema, nenhuma das obras analisadas contempla essa discussão.

Quando indivíduos enfrentam dificuldades no acesso a recursos, serviços, espaços e oportunidades devido a barreiras físicas, sociais, econômicas ou culturais, ocorre a violação do direito à acessibilidade. Esse tema, cada vez mais presente no debate público, diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência física, intelectual ou neurodivergente em todos os âmbitos da sociedade. Ainda assim, não identificamos nenhuma abordagem sobre acessibilidade nas obras analisadas.

A divisão desses subtemas não tem por objetivo segmentar a análise e reflexão sobre a desigualdade social. Pelo contrário, buscamos explicitar onde os/as docentes podem encontrar esses conteúdos para subsidiar sua prática pedagógica. Não pretendemos reforçar uma lógica de interpretação da realidade de forma fragmentada, mas sim compreender como e onde o fenômeno da desigualdade é abordado nos materiais didáticos. A desigualdade social se manifesta em múltiplas expressões, que devem ser apreendidas em sua complexidade; sem isso, seu estudo fica comprometido.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a escolha por essas expressões da desigualdade social partiu de uma observação atenta da realidade e da síntese construída durante a leitura dos capítulos analisados. Essa seleção não é arbitrária, mas resultado de um esforço

analítico voltado a identificar os temas mais recorrentes, ou ausentes, na abordagem didática da desigualdade social.

6.4 Aspectos Analisados

O primeiro aspecto considerado na análise dos capítulos dos livros didáticos refere-se à abordagem adotada para tratar o tema da desigualdade social. Essa dimensão é fundamental, pois revela a intencionalidade pedagógica do material e os caminhos didáticos utilizados para introduzir e desenvolver os conteúdos. Portanto, procuramos compreender se tratava-se de um capítulo ou uma subseção dentro de um escopo maior.

A análise da abordagem também permite identificar se o tema é tratado de forma fragmentada ou articulada a outros conteúdos sociológicos. Alguns capítulos promovem uma leitura interseccional e interdisciplinar das desigualdades, enquanto outros se restringem a uma exposição factual, esvaziando a complexidade do fenômeno. A forma como o tema é apresentado aos estudantes influencia diretamente sua capacidade de compreender as estruturas sociais. Assim, a abordagem constitui um indicador importante sobre o compromisso do livro com a formação de sujeitos reflexivos e ativos socialmente.

O segundo aspecto examinado é a presença de autores e teorias das Ciências Sociais no conteúdo dos capítulos. Este critério busca verificar o grau de fundamentação teórica do material, bem como a sua fidelidade ao campo epistemológico da Sociologia. A mobilização de autores clássicos e contemporâneos é essencial para assegurar que os estudantes tenham contato com diferentes matrizes explicativas da realidade social. A ausência ou presença pontual de teóricos indica uma fragilidade na constituição do pensamento sociológico, especialmente quando o conteúdo é apresentado de forma desprovida de mediação conceitual.

Os autores e teorias citados nos capítulos analisados são indicativos da pluralidade teórica ou da homogeneidade interpretativa. Obras que incorporam autores como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Florestan Fernandes, Pierre Bourdieu, entre outros, permitem ampliar as possibilidades de leitura da desigualdade social, oferecendo aos estudantes ferramentas analíticas mais robustas. Quando há ausência desses referenciais, o conteúdo tende a se aproximar de uma abordagem jornalística ou de senso comum, o que enfraquece a capacidade do material de provocar o estranhamento e a desnaturalização da realidade, objetivos centrais da Sociologia.

O terceiro critério analisado diz respeito ao repertório sociocultural presente nos

capítulos. Esta dimensão está relacionada à capacidade do livro de articular o conteúdo acadêmico com elementos da cultura, da vida cotidiana, da mídia e das experiências sociais dos estudantes. A presença de filmes, músicas, obras literárias, situações do cotidiano e referências culturais diversas pode potencializar o processo de ensino-aprendizagem, tornando o conteúdo mais significativo. O uso de repertório sociocultural também contribui para promover o engajamento dos estudantes ao permitir que reconheçam suas vivências nos temas abordados.

A análise do repertório sociocultural permite avaliar a sensibilidade dos autores e editoras na construção de pontes entre o conhecimento sistematizado e a realidade vivida. Quando bem utilizados, esses recursos contribuem para promover o diálogo entre teoria e prática, estimulando a apropriação crítica do saber. Entretanto, quando ausentes ou utilizados de forma superficial, esses elementos revelam uma concepção de ensino dissociada da realidade concreta dos estudantes, o que compromete os objetivos formativos da disciplina de Sociologia no ensino médio.

O quarto aspecto considerado na análise foi a utilização de dados e/ou documentos oficiais como base para a construção do conteúdo. A presença de estatísticas, gráficos, pesquisas e indicadores produzidos por instituições como IBGE, IPEA, PNUD, PNAD, entre outras, confere maior robustez ao material, além de contribuir para a construção de uma análise empiricamente fundamentada da desigualdade social. Esses dados possibilitam aos estudantes compreender a magnitude e as múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil e no mundo, fortalecendo sua capacidade de análise crítica.

A ausência de dados oficiais nos capítulos analisados é um indicativo da limitação analítica da obra. Em muitos casos, os conteúdos são apresentados de forma descriptiva, sem articulação com as evidências empíricas disponíveis. Isso compromete a compreensão do fenômeno da desigualdade como um processo histórico, estrutural e mensurável. A mobilização de documentos oficiais é, portanto, um recurso indispensável para qualificar o ensino da Sociologia, pois permite ancorar o conhecimento teórico em realidades objetivas e verificáveis.

Por fim, o quinto critério de análise refere-se à presença de exercícios sobre o assunto ao final dos capítulos. Os exercícios são instrumentos pedagógicos essenciais para a consolidação da aprendizagem e para o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes.

Estes critérios são o esforço de tornar a análise desenvolvida em categorias maleáveis e de fácil entendimento, por conta disso algumas adaptações foram realizadas. A problematização da realidade e contextualização são os documentos oficiais os exercícios e o repertório

sociocultural, o rigor teórico ficou a cargo da identificação dos autores e teorias das Ciências Sociais.

6.5 Análise das Obras

No guia procuramos sintetizar a discussão sobre as várias expressões da desigualdade social, no contexto brasileiro. A sistematização das obras seguindo os cinco critérios (abordagem, autores e teorias sociológicas mobilizadas, dados e documentos oficiais utilizados, repertório sociocultural indicado e exercícios propostos sobre o assunto), permite identificar em quais obras a temática é abordada de forma explícita, e em quais ela está ausente.

ANÁLISE DA TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL						19
OBRA	ABORDAGEM	AUTOR/TEORIA SOCIOLOGICA	DADOS E DOCUMENTOS OFICIAIS	REPÓRTERIO SOCIOCULTURAL	EXERCÍCIOS SOBRE O ASSUNTO	
TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA	Subcapítulo: Todos iguais ou muito diferentes? PÁGINAS 283 - 288	Gilberto Freyre; Florestan Fernandes; Carlos Hasenbalg; Oracy Nogueira	IBGE. Censo Demográfico 2010.	Indicação de Filmes: Morte e vida severina (1977); Reforma Universitária: O que eu tenho a aver com isso? (2006); O xadrez das cores (2004).	Questões discursivas e Questões ENEM	
Trabalho, ciência e tecnologia	Mundo do trabalho e desigualdade social - A desigualdade racial no Brasil - PÁGINAS 48 - 49	Karl Marx; Max Weber; Emile Durkheim; Ricardo Antunes; Renato Ortúz.	IBGE; PNAD; Atlas da violência 2019; IPEA; WORLD ECONOMIC FORUM; Conselho Federal de Medicina.	Indicação de Livros: A corrosão do caráter; as condições de trabalho no Brasil; capitalismo, Renato Ortúz; Quarto de despojo: diário de uma favelada, Carolina Maria de Jesus. Indicação de Filmes: Tempos Modernos (1936); Ilha das Flores (1989). Indicação de sites: Organização Internacional do trabalho < https://nacoesunidas.org/agencia/oit/ >	Questões discursivas e Questões do ENEM.	
Brasil da diversidade: Sociedade e direitos	Racismo e desigualdade racial no Brasil PÁGINAS: 80 - 93	Achille Mbembe; Gilberto Freyre; Florestan Fernandes; Silvio de Almeida	IBGE Pnadi; Atlas da violência de 2019;	Não são indicados obras para desenvolver o repertório sociocultural.	Questões discursivas e Questões do ENEM.	
Conflitos e desigualdades	Não há registro de abordagem da temática nas discussões da obra sobre Desigualdade Social					
Contexto e Ação: Desigualdade e Poder	Não há registro de abordagem da temática nas discussões da obra sobre Desigualdade Social					
Diálogos em Ciências Humanas: Convívio Democrático	Não há registro de abordagem da temática nas discussões da obra sobre Desigualdade Social					

Figura 3 – Análise da Temática

A partir dessa organização, é possível visualizar de maneira geral como cada obra trata (ou não) a desigualdade social. Algumas obras apresentam capítulos específicos sobre o tema, mobilizando autores clássicos e contemporâneos, dados estatísticos e sugestões de repertórios como filmes, livros e sites. Outras, no entanto, não mobilizaram autores das Ciências Sociais, não sugeriram materiais complementares e apresentaram uma exposição meramente descritiva da realidade, o que limita o potencial crítico da disciplina e enfraquece sua função de promover o estranhamento e a desnaturalização das relações sociais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a curadoria dos livros didáticos, como o Guia Pedagógico aqui proposto. Esse guia tem como finalidade auxiliar na leitura analítica das obras distribuídas pelo PNLD, destacando quais abordam de forma mais aprofundada a temática da desigualdade social. Ao fazê-lo, oferece subsídios teóricos e práticos para que docentes e

pesquisadores(as) possam reconhecer tanto os limites quanto as potencialidades desses materiais no ensino de Sociologia, promovendo uma abordagem mais crítica e fundamentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a abordagem da desigualdade social nos livros didáticos de Sociologia distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), especificamente nas edições de 2018 e 2021, a fim de compreender em que medida tais materiais contribuem para o cumprimento da função formativa da Sociologia escolar a promoção da desnaturalização da realidade social e servir como fonte para a elaboração do Guia Pedagógico a ser utilizados por docentes.

A investigação se baseou em três critérios analíticos principais, a problematização da realidade social (com ênfase na desnaturalização e no estranhamento), o rigor teórico (relativo à mobilização adequada de conceitos, teorias e autores das Ciências Sociais) e a contextualização/interseccionalidade (a capacidade de articular o fenômeno da desigualdade com a realidade social concreta dos estudantes, considerando os marcadores de classe, raça, gênero, território e outros).

A análise das obras revelou importantes tendências e lacunas, no PNLD 2018, apesar de os livros possuírem uma estrutura disciplinar voltada exclusivamente à Sociologia, observou-se a baixa incidência da temática da desigualdade social nos títulos e conteúdo dos capítulos. Apenas cinco menções explícitas à palavra "desigualdade" foram encontradas nos títulos, o que aponta para a marginalidade do tema no interior das coleções. Essa ausência contrasta com a centralidade que o fenômeno possui tanto na realidade brasileira quanto na tradição sociológica clássica e contemporânea.

Já nas obras do PNLD 2021, organizadas por áreas de conhecimento (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), identificou-se que a sua abordagem foi frequentemente de caráter descritivo e pouco problematizador. A interdisciplinaridade exigida pelo edital, embora importante, contribuiu para uma diluição do conteúdo sociológico e para a fragilização do tratamento conceitual, conforme apontado por Bodart (2022). Essa tendência compromete o desenvolvimento do estranhamento e da desnaturalização, elementos centrais para a formação sociológica, conforme Sarandy (2011) e Lahire (2014).

Além disso, poucos capítulos apresentaram articulações efetivas entre os dados empíricos, a realidade dos estudantes e os conceitos sociológicos, o que enfraquece a capacidade dos livros de mobilizar o que Michael Young (2016) denominam de “conhecimento

poderoso”, aquele capaz de explicar fenômenos sociais para além da experiência cotidiana e oferecer ferramentas analíticas críticas. A ausência de uma abordagem interseccional consistente também foi notável. Embora alguns capítulos mencionem desigualdades de raça, gênero ou território, poucos os articulam de forma integrada, como propõem autoras como Patricia Hill Collins (2015).

A análise revelou ainda que os livros pouco dialogam com os referenciais epistemológicos das Ciências Sociais, com destaque insuficiente a autores centrais como Bourdieu, Marx, Weber ou Durkheim. Quando aparecem, esses autores são apresentados de forma superficial ou fragmentada. Isso fragiliza o rigor teórico e compromete o papel da Sociologia escolar de traduzir para o ambiente escolar as explicações científicas sobre o mundo social, conforme propõe Chevallard (1991) ao discutir a transposição didática.

Constatou-se também que, embora o fenômeno da desigualdade social seja amplamente discutido na produção acadêmica das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, essa riqueza teórica e empírica não tem sido plenamente incorporada nos materiais didáticos analisados. Esse descompasso evidencia uma lacuna entre o saber científico e o saber escolar, lacuna esta que precisa ser superada para que a Sociologia cumpra sua função de promover uma leitura crítica e transformadora da realidade.

Nesse sentido, o guia serve como uma ferramenta para o ensino de Sociologia valorizando a centralidade da desigualdade social como fenômeno estruturante das relações sociais brasileiras, priorizando abordagens interseccionais, contextualizadas e teoricamente fundamentadas.

Por fim, sugerimos que novas pesquisas se debrucem sobre a recepção dos livros didáticos por docentes em exercício, analisando como as obras são apropriadas, reinterpretadas ou contestadas em suas práticas pedagógicas. Compreender o uso real dos livros pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, particularmente do PNLD, e para a efetiva inserção da Sociologia como disciplina formativa e crítica no Ensino Médio brasileiro.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano. **A BNCC, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o risco de despolitização do Ensino de Sociologia.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, n. 109, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/361109>.

BODART, Cristiano das Neves; ESTEVES, Thiago de Jesus; TAVARES, Caio dos Santos. **Os(as) autores(as) dos livros didáticos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do PNLD-2021 e suas relações com a Sociologia escolar.** Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Cabecs), v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/358/287>.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Referência para a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Sociologia.** Brasília, DF: MEC, 2017. p. 8.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Guia do PNLD 2018: Sociologia.** Brasília: FNDE, 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Guia do PNLD 2021: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** Brasília: FNDE, 2020.

BRUNETTA, Ana Amélia; BODART, Cristiano das Neves (Org.); CIGALES, Maria P. (Org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia.** 1. ed. Maceió: Café com Sociologia, 2020. v. 1. 469 p.

CARA, Daniel Tojeira. **O fenômeno de descumprimento do Plano Nacional de Educação.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** In: SILVA, Petronilha B. G. (org.). Pensamento negro em educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 15-25.

CARVALHO, Sandra. **A sociologia escolar no contexto da reforma do Ensino Médio: desafios para a formação crítica.** São Paulo: Cortez, 2021.

CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel (Orgs.). **World Inequality Report 2022. Paris: World Inequality Lab, 2022.** Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné.** Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality's definitional dilemmas.** Annual Review of Sociology. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1975.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti de. **A reforma do Ensino Médio e o ensino de Sociologia.** Perspectiva Sociológica: Revista de Professores de Sociologia, Rio de Janeiro, n. 21, 30 jul. 2018.

FIORELLI SILVA, Ileizi; ALVES NETO, Henrique Fernandes. **O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018).** Revista Espaço do Currículo, v. 13, n. 2, 2020.

HANDFAS, Anita. **As pesquisas sobre o ensino de sociologia na educação básica.** In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). *A sociologia na educação básica*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 131–142

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2022: notas estatísticas.** Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar>.

LAHIRE, Bernard. **O que é o “caso individual”? Categorias de pensamento e trabalho sociológico.** Sociologia & Antropologia, v. 4, n. 8, p. 15–38, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v428>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Valci. **Os livros didáticos de Sociologia e os sentidos do ensino de Ciências Sociais na Educação Básica.** Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 109–130, jan./jun. 2017

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 2, n. 3, p. 215–230, jan./jun. 2014.

MEUCCI, Simone. **Os livros didáticos da perspectiva da sociologia do conhecimento: uma proposição teórico-metodológica.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 20, 2020. p. 1–18. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e098>.

MOCELIN, Daniel Gustavo. **O livro didático pelos professores: uso e relevância nas aulas de Sociologia em Porto Alegre.** E-Book do VII ENESEB, Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87975>.

SARANDY, Adriano Correia. **A formação de professores de Sociologia e o papel da epistemologia.** Educação e Cultura Contemporânea, v. 8, n. 16, p. 35–53, 2011.

SANTOS, Fabiane de Menezes. **A importância da Sociologia como disciplina escolar.** Revista Eventos Pedagógicos, v. 4, n. 2, p. 1–17, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reps/article/view/2633>.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina.** Revista Cronos, Natal, v. 8, n. 2, p. 87–104, jul./dez. 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Lucas. **Sociologia no Ensino Médio: entre a contingência e essencialidade.** Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p. 35–51, jan./jun. 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287–1302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>.

YOUNG, Michael; MULLER, Johan. **Curriculum para o futuro: conhecimento e a questão da justiça social.** Educação & Sociedade, v. 37, n. 135, p. 229–252, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016158034>.